



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 160

SÁBADO, 26 DE SETEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1992

Delega competência à Comissão Diretora para praticar os atos que especifica, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É delegada, até 31 de dezembro de 1992, à Comissão Diretora, competência para fixar e rever a remuneração dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Senado Federal, bem como alterar a base de incidência do fator de ajuste, para efeito de cálculo da Gratificação de Atividade Legislativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo os respectivos efeitos financeiros vigorarem a partir de 1º de setembro de 1992.

Senado Federal, 25 de setembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

SUMÁRIO

1— ATA DA 190ª SESSÃO, EM 25 DE SETEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR NEY MARANHÃO — Agradecimentos ao Senador Fernando Henrique Cardoso pelas palavras dirigidas a S. Exª em seu pronunciamento de ontem. Retrospectiva do poder político no Brasil nos últimos 50 anos. A crise política atual e a defesa do Governo Collor. A ética do Vice-Presidente Itamar Franco.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Recebimento dos Ofícios nºs S/41 a 47/92 (nº 1.763 a 1.769/92, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando do Senado Federal, autorização para que as Prefeituras Municipais de Guapirama, Campo Mourão, Florai, Campo Largo, Londrina, Rolândia e São Miguel do Iguaçu, todas do Estado do Paraná, possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 724/92, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa dos artigos

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

MANOEL VILHELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

"Antecedentes a um triunfo que está a nossos pés e será que só o tempo é o melhor remédio", ambos de autoria da jovem Fabíola Gomes, publicados no **Sa-Fa-Infirma**, setembro de 1992, informativo do Centro Educacional Sagrada Família.

1.2.4 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ODACIR SOARES, como Líder — Transcrição nos Anais, da entrevista do Ministro Marcelo Marques Moreira concedida à jornalista Sílvia Faria, publicada no jornal **O Globo** de hoje; e do Editorial do **Jornal do Brasil** intitulado "Caronas do Atraso".

SENADOR ALMIR GABRIEL — Ameaça de morte do Deputado Aldir Vianna PSDB (Pará), candidato à Prefeitura de Itaituba.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — A subnutrição dos brasileiros e a ausência de política agrícola adequada.

SENADOR NELSON CARNEIRO — A ameaça de falência da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Deterioração do patrimônio do IBGE, em termos de recursos humanos, através da evasão de profissionais qualificados após a implantação do Regime Jurídico Único, que acelerou processo de achatamento salarial. Apelo para projeto de lei que cria um plano de carreiras para as instituições da área de Ciência e Tecnologia.

1.3 — ENCERRAMENTO**Ata da 190ª Sessão, em 25 de setembro de, 1992****2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Mauro Benevides e João França***ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:**

Albano Franco — César Dias — Dirceu Carneiro — Francisco Rollemberg — Irapuan Costa Júnior — João França — Jutahy Magalhães — Mauro Benevides — Ney Maranhão — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que me traz hoje à tribuna, gostaria de agradecer as palavras do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso que, no seu pronunciamento de ontem, falou a respeito da minha luta em defesa do mandato do Presidente Fernando Collor.

Sr. Presidente, a convicção que tenho em defender o mandato de Sua Excelência é muito simples: acompanhei a trajetória política do País durante os últimos 40 anos. Como Deputado Federal, assisti ao episódio de 1954, quando as forças que foram contra Getúlio Vargas forçaram a sua deposição. Como Sua Excelência não desejava um banho de sangue neste País, preferiu ele próprio se sacrificar e deixar aquela

famosa Carta-testamento a qual os trabalhadores brasileiros sempre guardam na memória.

Depois, veio o episódio da posse de Juscelino Kubitschek, quando as forças que não aceitavam a eleição daquele grande brasileiro tentaram golpeá-lo; e graças a uma medida preventiva do grande Ministro da Guerra à época, General Henrique Teixeira Lott, o Dr. Juscelino Kubitschek, naquele dia 11 de novembro, assumiu a Presidência da República. No seu governo houve outros episódios, como o de Jacareacanga e o de Aragarças, mas isso em nada impediu que o grande político brasileiro, o grande estadista mineiro lançasse este País para a frente, com a sua proposta desenvolvimentista de 50 anos em 5.

Terminado o mandato do Presidente Juscelino, foi eleito o Presidente Jânio Quadros, que também começou a sofrer as pressões dos cartéis, dos oligopólios, do corporativismo, enfim, daqueles que, em nome do povo brasileiro, mas com muita competência, sempre explorou o próprio povo.

O Presidente Jânio Quadros falava nas forças ocultas. Mas Sua Excelência não teve condições, não teve a coragem cívica e pessoal para enfrentar essa situação, para enfrentar essa pressão dos grupos interessados em espoliar a maioria do povo brasileiro, e renunciou. Essa renúncia custou caro a todos nós. Ninguém, naquela época, tinha mais prestígio junto ao povo brasileiro do que o Presidente Jânio Quadros, depois de ser consagrado nas urnas. Posso dizer, também, Sr. Presidente, sem errar, que o programa a Hora do Brasil, naquela época, tinha um IBOPE muito grande por causa das atitudes do ex-Presidente Jânio Quadros, tais como os seus famosos bilhetinhos exigindo pronta solução para casos que demoravam, anteriormente, em governos passados, anos e anos.

Mas S. Ex^a teve uma surpresa desagradável, e o povo brasileiro sofreu as consequências daquela renúncia quando o Presidente Jânio Quadros, naquele momento, gozava do maior conceito perante todos. Aquele dia da renúncia foi um choque tremendo para aqueles que confiaram em S. Ex^a.

Posteriormente, começamos a ter problemas com o poder civil e o militar com a posse do Presidente João Goulart. Ainda como Deputado Federal, assisti àquela crise. Ao saber da renúncia do Presidente Jânio Quadros, o Vice-Presidente, que estava na China, voltou ao Brasil, mas a crise já estava se desenvolvendo, pois os militares não aceitavam a posse do Presidente João Goulart. S. Ex^a precisou ficar no Uruguai aguardando o desenrolar dessa crise para finalmente poder voltar ao Brasil e assumir o poder, já de uma maneira "capenga", com a exigência de um parlamentarismo tacanho, a respeito do qual o povo brasileiro não foi consultado.

S. Ex^a assumiu a Presidência da República, e o parlamentarismo existente durou muito pouco, porque não tinha base sólida; não tinha, de maneira alguma, a aprovação daqueles que detinham o direito de fazê-lo: o povo.

Seguiu-se o plebiscito, e S. Ex^a voltou a ter o poder que o povo brasileiro lhe havia delegado nas últimas eleições para a Presidência da República. Essa linha foi seguida desde o princípio, quando S. Ex^a tentou fazer as reformas de base.

Lembro-me bem do episódio em que S. Ex^a quis desapropriar as terras das margens das estradas federais e de ferro. Naquela época houve, também, o revide daqueles que não aceitavam essas reformas e, mais ainda, a sabotagem feita pelas 'forças ocultas', às quais o Presidente Jânio Quadros se referiu quando de sua renúncia. Finalmente, em 1964, so-

breveio o golpe militar, que se estendeu por mais de vinte anos.

Mas, graças a Deus, nossas Forças Armadas são povo, são classe média. Os militares que assumiram o Governo sentiram que era o momento de devolver o poder à classe civil e, com sensibilidade forte, perceberam que uma parte desse poder, por esses longos anos, foi também explorada com muita competência pelos civis que se aproveitaram da boa-fé dos militares.

Digo isso, Sr. Presidente, com a autoridade de quem foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos; de quem foi preso, respondeu a vários processos e, depois de oito anos, recebeu uma comenda dos militares que diziam nada ter contra a minha pessoa. Defendo os militares nos seus legítimos direitos, pois considero a classe política do País a mola-mestra da segurança da nossa democracia e da nossa liberdade.

As Forças Armadas tiveram a sensibilidade de devolver o poder aos civis. Creio que, se dependesse só dos militares, isso já teria ocorrido logo no início, quando o Marechal Castello Branco assumiu o Governo. Digo isso porque passei por muita coisa e sei que alguns civis, para tomarem o lugar de outros, foram aos quartéis denunciar companheiros para assumirem aqueles lugares, os transfugas. O resultado disso tudo foi que essas pessoas, alguns maus conselheiros dos militares, conseguiram, dentro da minha concepção, prolongar esse regime militar por mais de 20 anos.

Graças a Deus, com a posição dos Generais Geisel e Figueiredo, fizemos um grande acordo nacional, no qual houve um entendimento entre a classe civil e a militar no que se refere a todos os episódios de que foram protagonistas as forças que combatiam o Governo militar e pugnavam pela democracia.

Passamos um pano no quadro-negro e hoje, graças a Deus, não existe revide entre a classe militar e o poder civil, como acontece com os caras-pintadas na Argentina, no Chile, na Bolívia e no Peru, e a classe civil assumiu o comando.

Depois de 30 anos, vieram as eleições. Deus não quis que o grande Líder Tancredo Neves assumisse a nossa Presidência, que ficou com o Vice-Presidente da República, o meu companheiro, Deputado Federal da 'bossa-nova da UDN', homem experimentado, Senador José Sarney. Fez o que pôde, mas, dentro da minha concepção, uma parte da área política, principalmente o PMDB, assumiu praticamente o comando do País. Dessa forma, o Presidente da República não tinha o respaldo popular do voto para impor muitas vezes aquilo que entendia ser o mais correto. E, como se diz na gíria, o PMDB 'colocou o guizo no gato', ou seja, no nosso Presidente José Sarney.

Aconteceu, Sr. Presidente, algo muito sério e importante que abalou a classe política brasileira: armaram o famoso Plano Cruzado, o grande 'coice-de-mula' para o povo brasileiro. Montaram esse plano para eleger a maioria absoluta dos Governadores, e deu certo. O PMDB elegeu 21 Governadores, o PFL que era o seu aliado, elegeu, se não me engano, 1 Governador. Quando foram abertas as urnas e contados os votos, verificou-se a vitória dos candidatos do partido majoritário, o PMDB. Nessa ocasião, o Governador de Sergipe, se não me engano, comentou que o Plano Cruzado estava afundando. Realmente, foi a grande decepção do povo brasileiro.

O Sr. Odacir Soares — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, meu nobre Líder.

O Sr. Odacir Soares — Nobre Senador Ney Maranhão, lembro-me de que a própria imprensa considerou aquela eleição como o maior estelionato eleitoral do País. Segundo eles, foi a pior safra de Governadores que o Brasil jamais teve. V. Ex^a lembra esses fatos num momento oportuno. Vimos que foi aquela balbúrdia aqui no Congresso, durante todo o Governo José Sarney: as mesmas forças que o elegeram voltaram-se contra ele. O Governo foi completamente tutelado pelo PMDB.

O SR. NEY MARANHÃO — Era a “casa-de-mãe-joana”.

O Sr. Odacir Soares — Exatamente. Havia troca de Ministros a cada dia, lamentavelmente. Digo isso porque tenho um apreço muito grande pelo Presidente José Sarney.

O SR. NEY MARANHÃO — Eu também, Senador.

O Sr. Odacir Soares — Assistimos, no final de fevereiro de 1990, 15 dias antes da posse do atual Presidente, ao País mergulhado na mais grave crise econômica da sua História, com a inflação beirando o patamar de 100% mensais — a inflação nominal, divulgada pelo Governo, sujeita, como se via naquela época e se vê até hoje, a suspeitas permanentes por parte do movimento sindical vinculado à CUT e ao PT. V. Ex^a lembra esses fatos; não custa nada lembrar a História. Li hoje uma notícia em um jornal que fazia referências ao Presidente José Sarney, dizendo que S.Ex^a já tem assegurado sua cota de quatro ministros no Governo Itamar Franco. Tem assegurado o Ministério dos Transportes — um colega nosso, meu amigo Senador Alexandre Costa, está sendo cogitado; fala-se também no Deputado José Reinaldo Tavares, Ministro dos Transportes do Governo Sarney, que foi aquele desastre terrível, acusado diariamente pela imprensa, terminando com o episódio da Ferrovia Norte-Sul. A própria imprensa, hoje, já se encarrega de noticiar a partilha que se está sendo feita em torno do futuro Ministério Itamar Franco.

O SR. NEY MARANHÃO — Querem colocar no nosso Vice-Presidente o mesmo “guizo de gato”, mas tenho dúvidas de que esse guizo vá ser realmente colocado.

O Sr. Odacir Soares — Eu soube, inclusive, Senador Ney Maranhão, que a revista Veja circularia hoje, por antecipação, já com todo o Ministério Itamar Franco delineado. Dizia-me um jornalista que o PT não abre mão do Ministério da Agricultura.

O SR. NEY MARANHÃO — É a grande reforma agrária que o PT deve completar.

O Sr. Odacir Soares — O PT faz questão de retomar o projeto de Reforma Agrária iniciado no início do Governo Sarney.

O SR. NEY MARANHÃO — Torço para que o Deputado José Genoíno ou o meu amigo Senador Eduardo Suplicy seja o Ministro da Agricultura. Será uma grande honra estarmos aqui para acompanhar....

O Sr. Odacir Soares — Querem retomar o projeto de reforma agrária delineado no começo do Governo Sarney por aquele professor — cujo nome não me lembro — que é também um agrônomo especialista em reforma agrária.

O SR. NEY MARANHÃO — Se for Ministro da Agricultura o Senador Eduardo Suplicy ou o Deputado José Genoíno, darei um telefonema para o Secretário-Geral do Partido Comunista da China, Jiang Zeming, pedindo que receba S.Ex^a e que lhe dê informações sobre as diferenças entre a reforma agrária implementada na China e na União Soviética.

O Sr. Odacir Soares — Os jornais de hoje trazem o Ministério de Itamar Franco todo definido, com os cargos de primeiro e segundo escalões já definidos. O grupo do Presidente Sarney teria quatro Ministérios, entre os quais o Ministérios dos Transportes, que deve ser ocupado pelo Deputado José Reinaldo Tavares. S.Ex^a já tem uma grande experiência na construção de ferrovias, como aconteceu com a Ferrovia Norte-Sul. Tenho a certeza de que o Senador Jutahy Magalhães continuará na mesma posição, como um crítico imparcial — às vezes apaixonado —, que procura ter uma linha de coerência e de isenção. Não tenho dúvidas de que o Senador Jutahy Magalhães não fará parte do novo Governo. A meu ver, S.Ex^a prefere ficar na sua posição, como aliás ficou, há um mês atrás, quando o PSDB decidiu-se no sentido de integrar o Governo Collor. Há um mês, o Senador Fernando Henrique Cardoso já estava escolhido como o futuro Ministro das Relações Exteriores do Governo Collor; o Senador Jutahy Magalhães esteve contra, posição que foi apoiada pelo seu Líder, Senador Mário Covas. Não digo isso com satisfação. Lamento — como o fiz à época — que o PSDB não fizesse parte do Governo. Mas teve a coragem — foi um dado importante, debatemos com o próprio Senador José Richa — de assumir, naquele momento, a posição de que desejava integrar o Governo Collor, porque acreditava que podia implementar o seu programa de Governo.

O SR. NEY MARANHÃO — Permita-me, nobre Senador Odacir Soares. V. Ex^a, assim como eu, está comentando sobre esse possível Ministério. No entanto, não acredito que vá acontecer o impeachment.

No Nordeste temos um adágio popular, que diz: “Conselho é como rapé, toma quem quer.”

Estou acostumado a chamar o Senador de “meu amigo Itamar Franco”. Tenho a certeza de que, se acontecer de o Senador vir a ser Presidente da República, S.Ex^a acompanhará direitinho os conselhos do Senador Jutahy Magalhães; nesse caso, “o guizo de gato” não irá para o seu pescoço.

O Sr. Odacir Soares — Inclusive, nobre Senador Ney Maranhão, li nos jornais — estou aqui com recortes de vários jornais — que os partidos que hoje estão se organizando no sentido de integrar o Ministério Itamar Franco. Já estabeleceram que o vice-Presidente pode fazer tudo, menos governar. Não pode ter filiação partidária, não pode participar do plebiscito, nem sequer pôde ter um candidato à Presidência da República.

O SR. NEY MARANHÃO — Esse povo não conhece o Vice-Presidente Itamar Franco.

O Sr. Odacir Soares — Só pelas exigências colocadas pela imprensa, já se vislumbra o tamanho da crise na qual o Brasil vai mergulhar, mais uma vez, porque conhecemos o temperamento, o caráter, a determinação do Vice-Presidente, Itamar Franco. Sabemos, evidentemente, que a Câmara dos Deputados não vai autorizar o pedido de *impeachment*. Não obstante, tudo isso faz parte do processo democrático. Se houver outros canais através dos quais se deseje processar o Presidente da República, a democracia existe para acolher esses procedimentos. Nesse caso, o Presidente vai, conforme eu disse ontem, ao foro competente, devidamente notificado da acusação, podendo realizar a prova que lhe aprouver, podendo realizar o contraditório, defender-se plenamente. Fico grato a V. Ex^a por me ter permitido a palavra neste debate, que é oportuno, principalmente quando se acusam os partidos que apóiam o Governo de fisiológico, de estarem fazendo distribuição de verbas. Essas acusações são completamente infundadas. Li hoje, no jornal, uma declaração do Ministro Calmon de Sá, que chegou recentemente ao Ministério. S.Ex^a descobriu que o Ministro Ricardo Fiuza, durante todo o exercício financeiro e orçamentário de 1992, só liberou 21% dos recursos previstos no orçamento do Ministério da Ação Social.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas a montagem da farsa, na imprensa, dá a entender que o Ministro Ricardo Fiuza liberou bilhões e bilhões de cruzeiros.

O Sr. Odacir Soares — Exatamente. A mesma coisa está acontecendo na Fundação Banco do Brasil. O Presidente daquele órgão, Lafaiete Coutinho, vem sendo acusado de estar fazendo distribuição fisiológica de verbas da Fundação. Verifica-se agora pela auditoria que o próprio Tribunal de Contas da União está fazendo, pelos documentos que foram inclusive acostados aos autos das ações que o PT está propondo contra o Banco do Brasil, contra o Presidente do Banco do Brasil, verifica-se que, do orçamento da Fundação Banco do Brasil para 1992, apenas 23% dos recursos, parte considerável, tiveram a sua aplicação definida e sequer foram liberados. Estou fazendo essas observações para demonstrar de que maneira a História os fatos políticos do nosso País caminham. A imprensa, neste momento, começa a registrar, naturalmente num trabalho jornalístico que deve ser respeitado, esse é o seu papel, tem de investigar,...

O SR. NEY MARANHÃO — Claro.

O Sr. Odacir Soares — ...tem que fazer a prospecção, mas, na realidade, quando a imprensa registra que determinado grupo, hoje ligado a esse ou aquele senador, a esse ou aquele partido, no momento em que a imprensa registra a partilha de um futuro governo, a imprensa, na realidade, — amanhã muita gente talvez não se lembre disso — já está definindo a sua própria estratégia. A imprensa está, sub-repticiamente ou liminarmente, denunciando que se começa a fazer, em função de um pretense governo, o mais puro, o mais deslavado e o mais transparente fisiológico político.

O SR. NEY MARANHÃO — A minha impressão é a de que o PMDB, que é o maior Partido deste País, já está de 'orelha em pé'.

O Sr. Odacir Soares — O Deputado Chico Vigilante vai ser o Ministro da Ação Social, indicado pelo PT.

O SR. NEY MARANHÃO — Penso que não. S. ESA. deve ser o Diretor da Receita, por ser muito importante.

Veja V. Ex^a o que aconteceu em São Paulo no Vale do Anhangabaú. O PMDB gastou uma fortuna — quando digo o PMDB quero dizer o Fleury — na realização daquele comício. Com esse dinheiro, Senador, o Governo de São Paulo poderia pagar parte do que deve à Caixa Econômica: deve mais de 4 trilhões.

O Sr. Odacir Soares — O Governo de São Paulo deve 10 trilhões à Caixa Econômica Federal.

O SR. NEY MARANHÃO — Todos nós sabemos que o Quércia quebrou o Estado para eleger o Fleury.

Agora, veja o que aconteceu. Aliás, dei até um conselho ao meu amigo Humberto Lucena, falei com S.Ex^a.

O Sr. Odacir Soares — Esses números foram levantados pelo Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. NEY MARANHÃO — Que tem fé de ofício, independente do debate, da maneira como o combate, mas a quem respeito, homem digno de crédito e honrado.

O Sr. Odacir Soares — Independentemente de ser rápido na máquina calculadora.

O SR. NEY MARANHÃO — Gastaram uma fortuna! Prepararam a noiva, com as maiores mordomias e, na hora da lua-de-mel, entregaram ao PT, porque não tiveram condições de falar. O Fleury levou uma vaia e o Quércia, quando abriu a boca, o pau cantou ficando impossibilitado de falar.

Parabenizo o PT pela sua competência, mesmo tendo sido os seus candidatos derrotados em São Paulo, mas tem uma grande competência, através da mídia falada, escrita, televisionada. Quero apenas chamar a atenção dos partidos aliados ao PT, para depois não se arrependem do que está acontecendo neste País.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador.

O SR. NEY MARANHÃO — Ouço com atenção meu amigo, o Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Ney Maranhão, estou aqui decepcionado porque quando o Senador Odacir Soares entrou neste plenário, fiquei numa expectativa muito agradável. Embora hoje não seja 7 de abril, mas 25 de setembro, esperava que S.Ex^a viesse, aqui, anunciar, numa frase muito simples à Nação que o Presidente Fernando Collor de Mello acabou de declarar, que como era para o bem do povo e felicidade geral da Nação, ele saía. Vejo que não. S.Ex^a entrou aqui para soltar farpas, tecer alguns comentários. Parece até um treino para a Oposição, é um bom treino.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador, poder não se renuncia. Poder se toma pelo voto ou pelo golpe.

O Sr. Jutahy Magalhães — Ficarei aqui nesta cadeira apreciando S.Ex^a exercer o papel de oposicionista.

Sr. Jutahy Magalhães — Certamente, vou ficar aqui, nesta cadeira, apreciando S.Ex^a exercer o papel de opositorista. É novidade. Será novidade.

O Sr. Odacir Soares — Presumi que iria ficar com V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães — Então, veja V. Ex^a que teremos alguma coisa de novo. Quando S.Ex^a fala em especulações da imprensa, a respeito de fulano vai ser isso, fulano vai ser aquilo, é natural. Penso que isso faz parte do jogo. S.Ex^a quer intrigar, ou seja, V. Ex^a, Senador Ney Maranhão, juntamente com o Senador Odacir Soares estão presumindo que o PT vai assumir a pasta da Agricultura. Esses boatos, foram preparados para tentar amedrontar a chamada bancada ruralista. Isso não existe. V. Ex^a também é a favor da reforma agrária justa.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro. Por isso, mencionei, a China.

O Sr. Jutahy Magalhães — Portanto, não deve ter medo quando se fala em reforma agrária.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Agora, a questão que eu coloco é que não existe nenhum ministro escolhido, não existe promessa. Por uma razão muito simples: o vice-Presidente Itamar Franco até hoje se comportou como vice-Presidente. Ele tem o sentido ético das coisas, ele não avança sinal, ele não procura conversar com ninguém a respeito de quem vai exercer a pasta desse ou daquele ministério.

O SR. NEY MARANHÃO — Acredito nisso que V. Ex^a está dizendo, piamente. Agora, é a imprensa que fala, não ele.

O Sr. Jutahy Magalhães — Ele não tem nenhuma preocupação quanto a isso, porque ele é ético. O que falta neste Governo atual ele tem demais, que é o sentido da ética, o que no atual Governo não existe. Estamos esperando. Terça-feira, se antes disso o Presidente não tiver o bom-senso de renunciar, a Câmara vai dar a sua decisão. Não colocar o Presidente Collor como o réu, com a culpa comprovada, ele vai ter o direito de defesa aqui no Senado. Agora, para o bem da Nação, para a tranquilidade da Nação, seria conveniente ele renunciar antes. Por isso imaginei, quando o Senador Odacir Soares entrou, na qualidade de Líder do Governo, neste plenário, com o cabelo bem penteado, para tirar fotografia, imaginei que ele ia fazer esse anúncio, mas não foi. Infelizmente não foi ainda o momento, mas estou aguardando, até segunda-feira, quem sabe, o Presidente da República toma uma decisão de bom-senso e se afasta espontaneamente, para depois termos um novo Governo, aí sim, com a escolha de ministros que irão fazer, certamente uma administração competente.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado a V. Ex^a.

No que diz respeito à posição do vice-Presidente da República, V. Ex^a como eu, como todos nós aqui, sabemos a maneira ética, a maneira correta como S.Ex^a vem se conduzindo até hoje e se conduzirá.

Tuço isso que é dito pela imprensa, no que diz respeito ao contato do Vice-Presidente com a, b ou c, o Vice-Presidente sempre recebeu a todos. Eu sempre, quando tenho tempo, converso com S.Ex^a, meu amigo pessoal, vou tomar um cafezinho com ele.

O Sr. Jutahy Magalhães — E o retrato de V. Ex^a é o retrato que tem no gabinete.

O SR. NEY MARANHÃO — Perfeitamente, é um retrato histórico. Quando recebi o futuro Presidente, fomos ao seu gabinete e lá, o Governador de Alagoas naquele tempo o convidou, e eu na sua frente disse: Governador, V. Ex^a está escolhendo um homem que vai dar mais segurança, mais seriedade a sua chapa, pelo passado de S.Ex^a, o Senador Itamar Franco. Isso ninguém tem dúvida.

Veja V. Ex^a, a minha preocupação, hoje, é justamente essa. Veja o caso, o episódio, que não tem nada de mais, com respeito àquela reportagem da Revista Veja, essa revista marrom, no meu entender, porque ela ganhou dinheiro e mais dinheiro com escândalos e coisas não comprovadas, dá a entender, em reportagem, onde gravaram uma conversa de S.Ex^a, uma conversa com uma jornalista, mas V. Ex^a lê nas entrelinhas a má-fé de tentar denegrir a imagem do nosso companheiro. Digo nosso companheiro Senador Itamar Franco, por quê? Porque eles tentam denegrir a imagem dos políticos brasileiros. Essa, Senador, é a nossa preocupação, sua e de todos nós. Precisamos ter uma lei dura que coíba esses abusos por parte da imprensa, para que não aconteçam casos envolvendo pessoas como V. Ex^a, como eu, como o Senador Valmir Campelo, como o Senador Maurício Corrêa, como o Senador Almir Gabriel, como o Senador Odacir Soares, como o Senador Alexandre Costa, como o Senador Irapuan Costa Júnior. Já aconteceu de eles publicarem, de maneira irresponsável: 'O Senador fulano de tal é isso', sem nenhuma prova. Esse cidadão, que é o dono do jornal ou da revista tem que ser punido.

Nós temos que copiar aquela lei da Inglaterra e dos Estados Unidos, e cobrar dessa gente sem-vergonha — porque o sujeito que ataca a honra de um homem de bem, sem provas, é sem-vergonha, é cabra safado, no meu entender -, temos que exigir uma indenização pesada, para que ele pense duas vezes antes de publicar determinadas matérias; caso contrário, a sua revista poderá até quebrar. Fato semelhante aconteceu, Senador, com um grande jornal inglês — não me lembro o nome — que atacou um empresário, a justiça deu ganho de causa ao empresário e aplicou ao jornal uma multa tão pesada que ele teria que fechar o jornal se fosse pagá-la.

São essas coisas, Senador, que temos que fazer. V. Ex^a é um dos homens que combatem, para moralizar, as notícias, porque a primeira notícia que fica é a que marca. Mesmo que, depois, V. Ex^a venha a se defender, aquilo já ficou gravado.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ney Maranhão, se V. Ex^a for consultar os Anais desta Casa vai verificar

que muitas vezes declarei que o acusador também deveria ser punido, se fosse comprovada a falsidade da denúncia. Essa penalidade deveria ser de imediato, deve acontecer alguma coisa a quem acusa levemente. Existem acusações feitas para serem apuradas; agora, acusação leviana deveria ensejar a responsabilização penal do acusador. V. Ex^a fala sobre a questão de revistas, jornais e tudo o mais. Acho, Senador Ney Maranhão, que temos aqui nas mãos uma arma poderosa que não utilizamos, que são as concessões de rádio e televisão. Por que não examinamos essas questões? Por que nos rendemos à força daqueles que possuem essas concessões? Não temos nenhuma preocupação em examinar essas questões aqui, no Senado, assim como não existe uma maior preocupação com esse assunto na Câmara. Reivindico — e vou fazer um pronunciamento mais minucioso sobre isso — a autoria de uma proposta no sentido de que os Parlamentares e executivos abrissem mão do sigilo bancário. Fiz um pronunciamento aqui, há dois ou três meses, sobre esse assunto, e tive a surpresa de verificar que o Governador da Bahia, lá no meu Estado, reivindicou a autoria dessa proposta e propôs que todos abrissem mão do sigilo bancário. Veio a CPI da NEC e procurou fazer com que se levantasse o sigilo bancário de pessoas ligadas ao Governador Antônio Carlos Magalhães, mas os Deputados ligados a ele impediram que houvesse a possibilidade de a CPI apurar fatos. Se fôssemos fazer o levantamento bancário da situação daqueles que se dizem donos de certas estações de televisão no meu Estado, por exemplo, iríamos ver que eles não são donos de nada, que outros pagaram. Seria, portanto, interessante fazer esse levantamento, mas os Deputados ligados ao Governador da Bahia impediram que esse levantamento pudesse ser feito. Então, nós temos o poder nas mãos. Quando V. Ex^a fala que deveria haver uma lei que punisse o diretor de um jornal ou de uma revista, que o obrigasse a pagar uma indenização às pessoas acusadas injustamente, quero dizer a V. Ex^a que temos uma lei forte. Não é a lei perfeita, mas ela nos permite verificar certas coisas, mas nós nada fazemos. Então, nós também somos responsáveis por isso.

O SR. NEY MARANHÃO — Concordo com V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães — Então, por isso, acho que não é questão de lei e, sim, de nós fazermos. Não podemos impedir que se façam aqui especulações. O Senador Odacir Soares andou atirando, hoje de manhã, para todos os lados...

O Sr. Odacir Soares — Baseado na imprensa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Baseado em especulações da imprensa. É o papel da imprensa fazer especulação.

O Sr. Odacir Soares — Sim, mas quando a imprensa usa é especulação, quando a Oposição usa não é especulação?

O Sr. Jutahy Magalhães — São coisas diferentes: uma coisa é apontar o fato; outra é especular sobre um fato, sobre uma hipótese.

O Sr. Odacir Soares — Só vejo fatos apontados aqui com base em recortes de jornais.

O Sr. Jutahy Magalhães — São fatos completamente diferentes, são situações diferentes. Existem acusações que são

baseadas em fatos e em documentos, e existem especulações sobre notícias. É lógico que a imprensa está procurando saber quem vai ou não ser Ministro. É natural isso. Então, fazem especulações. Isso não tem nada demais. Não é crime.

O Sr. Odacir Soares — Não há crítica sobre isso, estou só constatando.

O Sr. Jutahy Magalhães — Agora, V. Ex^a afirmar é diferente, é coisa completamente diferente.

O Sr. Odacir Soares — Eu uso a mesma tática que a Oposição usa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas isso não tem importância. Esta é uma discussão típica de uma manhã de sexta-feira em que falta assunto. Estamos aqui com falta de assunto e por isso discutimos essa questão, mas não há problema nenhum quanto a isso. Esta Casa é para debater, inclusive coisas sem importância.

O Sr. Odacir Soares — Quer dizer que V. Ex^a acha que o futuro Ministério não teria importância?

O Sr. Jutahy Magalhães — Nós temos, aqui, vários outros assuntos também para tratar. O Senador Ney Maranhão poderia fazer uma dissertação, por exemplo, sobre o significado de uma reforma agrária. Nós, no Nordeste, precisamos fazer uma transformação na questão fundiária e promover uma melhor divisão de terras. V. Ex^a, que é um homem experiente, que conhece o interior de Pernambuco, o interior do Nordeste, poderia aproveitar esta manhã de solilóquios para fazer uma dissertação e iniciar um debate sobre a reforma agrária, inclusive com a experiência que trouxe da China, já que V. Ex^a é mestre na questão chinesa.

O SR. NEY MARANHÃO — Vou levá-lo para lá, também.

O Sr. Jutahy Magalhães — Agradeço. Não conheço aquela área e gostaria muito de conhecê-la.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Jutahy Magalhães, antes de conceder o aparte ao Líder do Governo, meu amigo Senador Odacir Soares, gostaria de dizer que V. Ex^a chama a atenção para o problema das concessões de televisão e rádio.

Precisamos enfocar o assunto sob outro ângulo, ou seja, pela base. Várias vezes, tive ocasião de mostrar aqui as dificuldades que temos tido em todos os Governos — desde Getúlio Vargas, passando por Juscelino, por Jango, até o atual Presidente Collor — para combater os cartéis que sugam o sangue o povo brasileiro.

V. Ex^a há de concordar que no mundo — pelo menos eu não conheço nenhum país onde isso ocorra, além do Brasil — não há um só lugar onde uma só pessoa tenha o controle de uma televisão com, praticamente, mais de 70%. Não conheço coisa igual em outro país. Se V. Ex^a conhece, eu não conheço.

Então, a coisa começa por aí, Senador. Mas precisamos ter força política para combater a base, e V. Ex^a haverá de

concordar comigo, ao ler o levantamento que fiz — vou mandar-lhe uma cópia, se já não o fiz —, fora do Brasil — não foi na CADE, não; foi fora do País — onde mostro que três ou quatro empresas nacionais ou multinacionais, juntas, dominam 52 a 86% do setor econômico, em todos os seus segmentos.

A mídia, por sua vez, é dominada por uma só empresa, como V. Ex^a já sabe, que controla mais de 70% do setor. Apenas uma!

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a mais uma interrupção?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — No meu primeiro pronunciamento deste ano, no início do período legislativo, procurei mostrar aqui que em países democráticos, como os Estados Unidos, como a Inglaterra, como a Itália é proibido alguém ter o controle acionário de empresas que tenham uma audiência superior a 25%. É proibido se ter um jornal e uma estação de televisão no mesmo Estado, porque se procura evitar a manipulação da opinião pública no País. No Brasil, há a manipulação da opinião pública, porque temos empresas que têm um poder, através da audiência que conquistou, com a eficiência, com o trabalho, com o dinheiro, seja lá qual for a razão, porque conquistou uma audiência superior a 70%. No meu Estado foi formado um grupo de associação de televisão que tem audiência hoje de cerca de 90%. Então, veja V. Ex^a como é que se manipula a opinião pública.

O SR. NEY MARANHÃO — Porquê a base não foi concertada!

O Sr. Jutahy Magalhães — Insisto em dizer que no Congresso temos o poder de evitar que isso ocorra, mas não o fazemos. V. Ex^a fala em cartéis, há o cartel da comunicação e nós não o enfrentamos.

O SR. NEY MARANHÃO — Por que, Senador?

O Sr. Jutahy Magalhães — Por receio. A classe política sente-se inibida de falar, uma vez que ela pode ser considerada como inimiga daquele cartel.

O SR. NEY MARANHÃO — É por isso, Senador, que hoje a mídia toda está contra o Presidente Fernando Collor, com uma diferença de 1%, 59% contra 58%. É isso que me preocupa.

O Sr. Jutahy Magalhães — O Presidente Collor foi criado por essa mídia.

O SR. NEY MARANHÃO — Não sei, Senador. Discordo de V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães — Foi feito por essa mídia. No entanto, combato e tenho enfrentado aborrecimentos por isso, mas denuncio, falo.

O SR. NEY MARANHÃO — O Presidente teve 35 milhões de votos.

O Sr. Jutahy Magalhães — Este ano temos que optar se queremos ou não evitar isso. Se não quisermos, paciência... Mas se a maioria achar que deve permanecer como está, tudo bem. Agora, que temos a chance de evitar, temos. Sempre ouço V. Ex^a falar sobre os cartéis, porém o cartel da comunicação não foi enfrentado.

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador, queremos dizer que quando falamos aqui, não sai uma linha na imprensa.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Ouço V. Ex^a, Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Quanto à questão das comunicações, tenho acompanhado as manifestações no Senado Federal do ilustre Senador Jutahy Magalhães. Estou inteiramente de acordo com S. Ex^a. Apesar do protesto de S. Ex^a, a toda sessão nossa, quando se vota aqui pacotes de concessões e de renovações, esse protesto tem sido em vão. Entendo que nessa parte todos somos responsáveis. E estou solidário com S. Ex^a até porque nós Constituintes cometemos um erro — todo mundo hoje admite ter sido um erro — o de ter incluído dentro das competências do Poder Legislativo aquela de autorizar a outorga de concessões ou a renovação de concessões. Estou inteiramente de acordo com o Senador Jutahy Magalhães. Aqui, como somos movidos também pela mídia — não é o caso do Senador Jutahy Magalhães, naquilo que vou dizer a seguir — nós, Políticos, a cada momento temos uma posição diferente. Quando a mídia está do nosso lado, nós silenciemos, como está acontecendo, agora, com o PT — o PT esteve no Rio de Janeiro, foi recebido pelo Dr. Roberto Marinho, saiu na primeira página do jornal *O Globo*, saiu na televisão, está sempre saindo. Então, essa questão começa a desaparecer. As grandes e graves acusações que o PT e o Lula faziam ao conglomerado *Globo*, hoje não fazem mais. Este é o nosso defeito: as coisas só não prestam quando elas funcionam contra nós. Quando elas funcionam a nosso favor, está tudo bem. O nobre Senador Jutahy Magalhães abordou uma questão muito importante que é a quebra do sigilo bancário, mas só faz referência ao caso da NEC porque, no caso da NEC, estaria envolvido o Governador Antônio Carlos Magalhães que é seu adversário político na Bahia.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu não faço esta acusação porque eu não digo só o caso da NEC. Fiz a proposta para que todos nós, Parlamentares, e os executivos — sejam prefeitos, governadores, presidentes, diretores de empresas estatais — todos nós que ocupamos função pública deveríamos abrir mãos do sigilo bancário. Esta foi a proposta que eu fiz. Não é caso de NEC. Eu citei o caso da NEC porque mostrei que havia uma incoerência, por parte do que é dito no meu Estado e do que é feito aqui em Brasília.

O Sr. Odacir Soares — Retifico nesta parte. Eu não entendi que fosse desta maneira porque V. Ex^a trouxe o caso da Bahia para discussão. Por isto, naturalmente, eu fiz a ilação de que V. Ex^a estava se referindo ao Governador da Bahia que é seu adversário político. Mas quero aproveitar esta deixa de V. Ex^a para demonstrar como funcionam as Comissões Parlamentares de Inquérito, lamentavelmente, no Congresso Nacional e, de certa forma, faço o registro de ser um

fato lamentável mas que, termina sendo, assim mesmo, na medida em que as Comissões Parlamentares de Inquérito são órfãs do Poder Legislativo, cujos Membros são integrantes, ora da Câmara, ora do Senado, ora das duas Casas. Temos aí um fato bastante oportuno. Tivemos a CPI do chamado caso PC Farias, onde, inclusive, o sigilo bancário foi quebrado de uma maneira absolutamente ilegal, sem deliberação da Comissão Parlamentar de Inquérito, e todo mundo bateu palmas, todo mundo aplaudiu, todo mundo achou sensacional e democrático — houve até discurso de eminentes juristas da Oposição no sentido de que o sigilo bancário era um retrocesso nas civilizações modernas, quando é exatamente o contrário; o sigilo bancário é uma conquista da cidadania, é uma conquista da privacidade do cidadão; se há algo que tenha evoluído no contexto constitucional do mundo moderno são exatamente os direitos e as garantias individuais; mas tivemos juristas da Oposição que aplaudiram a quebra do sigilo bancário de qualquer maneira; o cidadão não deve ter o seu sigilo bancário preservado, não deve ter sigilo algum preservado, desde que seja do Governo; quando é da Oposição ou adversário do Presidente tem que ter. Tivemos esse episódio na CPI do PP, chamado caso PP-Vasp; não conseguimos quebrar o sigilo bancário nem do Governador Orestes Quéricia, que está envolvido — coloco envolvido sem o caráter criminal ou pejorativo; envolvido porque era Governador de São Paulo; há acusações de que S. Ex^a inclusive iniciou o processo de privatização e o concluiu de maneira irregular, porque não tinha autorizações internas a nível administrativo do Poder Executivo estadual — e também não conseguimos quebrar o sigilo bancário do chamado Zé Português, que seria o PC do Governador Orestes Quéricia. E o Governador Orestes Quéricia, com a sabedoria jurídica que tem, inclusive nessas matérias, disse: — 'Não precisa quebrar o meu sigilo bancário porque abro mão dele'. Primeiro, que o sigilo bancário se assemelha muito à questão da imunidade, à questão da inviolabilidade que temos. A imunidade não é um atributo do parlamentar, a inviolabilidade não é um atributo constitucional do parlamentar; do mesmo modo que o sigilo bancário não é um direito, não é uma defesa apenas do cidadão, é uma defesa do estado democrático, de modo que ele não pode abrir mão do sigilo bancário. Mas o fato é que essa mesma representação do PMDB, que foi tão aguerrida na CPI do PC, e que é tão aguerrida na CPI NEC, no sentido de quebrar o sigilo bancário de todo mundo, lá ela não funcionou da mesma forma porque eles não querem quebrar o sigilo bancário do Sr. Orestes Quéricia. Lá, quando se propõe em pedir que se faça um ofício ao DAC pedindo os votos dos jatinhos que servem ao Sr. Orestes Quéricia, por este País todo e saber quem paga esses vôos, a CPI não concorda, porque o PMDB não deixa. Quando se quer saber como o Sr. Luiz Ignácio Lula da Silva, e quem paga, de que maneira ele vôa, neste País, em jatos particulares, e quem paga seus vôos, o PT não deixa aprovar, porque o PMDB se junta ao PT e não deixa aprovar esses pedidos de informação. Outro dia o Senador Ney Maranhão viajou num jatinho particular e se criou o maior escândalo nesse País, pretendo-se caracterizar o Senador como fisiológico, e mais do que isto, como desonesto de que estaria colocando seu mandato à disposição dessa ou daquela empresa.

O SR. NEY MARANHÃO — Aliás, respondi de imediato: para defender o mandato do Presidente ando em OAS, Odebrecht, no jatinho vermelho do Lula, no jatinho azul do

Quéricia, só não ando no 'morcego negro', até no 'satanás de asa' eu ando para defender o voto do Presidente Collor.

Portanto, sou um homem aberto, não tenho o que esconder. Agora, quem tem o que esconder é que se preocupa com esse patrulhamento.

O Sr. Jutahy Magalhães — Porque V. Ex^a não anda no Morcego Negro?

O SR. NEY MARANHÃO — Porque deve dar azar. Acho que se entrar nesse avião, ele pode cair. Por isso, não entro nele.

O Sr. Odacir Soares — Então, nobre Senador Ney Maranhão, quero dizer que quando os fatos acontecem do lado da Oposição não são considerados como fisiológicos, como desonestos e nem aéticos. Vejo o Governador Leonel Brizola voar até para o Uruguai em aviões particulares, a imprensa noticiar, mas tudo está perfeito, de acordo com o socialismo moreno que o PDT pratica. Então, só é desonesto quando somos nós que fazemos. Vejo agora, vou repetir, está aqui escrito na coluna da Sra. Tereza Cruvinel e o Senador considera como especulação da imprensa. Evidentemente, 90% dos trabalhos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal se fazem com base em notícias de jornais. A Sra. Tereza Cruvinel diz claramente no jornal *O Globo* de hoje:

'Em Torno do Vice

Se o **impeachment**, agora mais provável, for aprovado, cada partido, grupo ou força social que o tiver apoiado apresentará a Itamar Franco suas propostas para um programa mínimo de governo. Isso está previsto nas negociações que estão sendo costuradas no Senado Federal.'

Vem aí o mais importante e a que me referi antes, mas não me lembrava qual teria sido o jornal. O vice daquela época, que será o Presidente.

'O vice assumiria também o compromisso de não tomar partido nem interferir, seja na campanha do plebiscito em abril do ano que vem, seja nas eleições para governador e Presidente da República em 1994. Assim, evitaria estilhaçar a aliança e fazer ruir o esquema de sustentação parlamentar.'

Quer dizer, na realidade, deseja-se que o vice torne-se Presidente, mas, ao mesmo tempo, não se deseja que ele governe. Não se pretende que num sistema presidencialista de governo ele possa exercer plenamente as suas atribuições e suas missões. Esse é o nosso problema. Se fôssemos nós que estivéssemos cuidando de uma reforma ministerial, seríamos apontados de querer rechaçar o **impeachment**, o que, portanto, seria lesivo ao interesse nacional. Mas no momento em que o Presidente da República ainda está no pleno exercício do seu mandato e o vice-Presidente, eleito à mesma época que ele, — é que, portanto, não recebeu votos —, a meu ver, deveria estar com Sua Excelência nessa luta, porque existe uma intimidade eleitoral em relação aos dois, uma vez que foram eleitos juntos. Não estou querendo retirar o caráter legítimo e ético do cargo que ocupa; estou apenas fazendo uma comparação entre o que se diz quando o Governo faz e o que se diz quando é a vez da Oposição. Mas quando o vice-Presidente começa a organizar o Ministério, tendo ainda um Presidente em exercício pleno do seu mandato, isso é perfeitamente correto; não se trata de partilha de poder; quando se fala que o PT vai ficar no Ministério da Agricultura,

isso nem sequer atemoriza a Bancada Ruralista; quando se fala que outro partido qualquer vai para algum ministério ou que alguém tem três ou quatro Ministérios já separados: tudo isso é normal. Só não é normal quando o Governo faz alguma coisa. Quando se quebra o sigilo bancário na CPI do PC, todo mundo bate palmas; quando o ex-Governador Orestes Quércia impede a sua Bancada de quebrar o seu sigilo bancário, isso também é natural, é democrático, uma vez que o sigilo bancário é uma conquista democrática, aí passa a ser ético.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Aliás, estamos fazendo aqui um pronunciamento triangular e terei prazer em ouvi-lo, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Ney Maranhão, concordo com o Senador Odacir Soares. Graças a Deus, vou poder concordar, pelo menos uma vez, com S. Ex^a.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a já me deixou decepcionado na sessão de hoje. Em seguida vou dizer o por quê.

O Sr. Jutahy Magalhães — Acho que S. Ex^a tem razão se, de fato, isso ocorreu na CPI que investiga o caso PP. Quem não teme não se esconde atrás de sigilo. Agora, caso a CPI do PP tenha se recusado a abrir o sigilo bancário, tendo fatos concretos, onde deveria ser apurado uma ou outra coisa, eu acho que não deveria ocorrer isso. Se eu fizesse parte desta Comissão não votaria contra a feitura das averiguações nas contas de quem quer que seja. Então, nesse caso, concordo plenamente com V. Ex^a. Mas, quando se faz especulações — podemos, aqui, discutir a respeito desse assunto a manhã inteira, porque nós não temos um fato concreto para debater, para apontar —, quando se fala, por exemplo, que o PT vai ter a Pasta da Agricultura — e eu não tenho medo do PT no comando deste Ministério —, mas vamos admitir que haja pessoas com esse receio. Agora, se disséssemos aqui que o Ministro Cabrera vai continuar chefiando o Ministério da Agricultura, também seria especulação. Essa afirmação evitaria que se discutisse essa questão? Eu acho que não. Por isso, Senador, entendo que não adianta ficarmos aqui debatendo. Apenas posso afirmar, com toda tranquilidade, que o Vice-Presidente tem o sentido ético. S. Ex^a jamais conspirou na criação de problemas para o Presidente da República.

O SR. NEY MARANHÃO — Concorde com V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães — S. Ex^a jamais antecipou-se na escolha de ministério para fazer qualquer acordo com partidos, no sentido de criar-se um ministério político, um ministério apolítico, um ministério de figuras excepcionais. Nada disso existiu da parte do vice-Presidente, por ter ele um sentido ético. Até poderia haver, e V. Ex^a há de convir que há uma grande possibilidade de, na terça-feira, a Câmara conceder a licença. E, se isso ocorrer, na quarta ou quinta-feira, o vice-Presidente normalmente assumirá o seu mandato. Então S. Ex^a precisaria, realmente, até pensar nisso, já tratar desse assunto. Mas S. Ex^a, com um sentido ético, está evitando criar embaraços; inclusive, permanece em Juiz de Fora, mantendo-se afastado desses contatos. Quando, no meu entendimento, até deveria já estar pensando nisso.

O SR. NEY MARANHÃO — Quem conhece o Senador Itamar Franco, Vice-Presidente, concorda com V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas S. Ex^a mantém essas questões éticas como um princípio básico de sua conduta, o que faz com que ele não avance o sinal. Por isso, lamento que o Senador Odacir Soares esteja orientando seu discurso nessa direção. Isso não vai nos levar a nada e não vai levar o País à frente. Temos, sim, que esperar pela manifestação do Presidente da República em torno de sua defesa, o que até o momento não ocorreu. O Presidente da República não se defendeu. Então, nós, que desempenharemos aqui um papel importante, teremos que aguardar a defesa do Presidente, para fazermos, então, o nosso ente de razão definitivo. Até o momento, discutimos sobre os fatos já existentes. Mas quando vier o processo para cá, nos posicionaremos face à defesa feita por S. Ex^a. Por essa razão, acho que esse nosso debate de hoje, pelo menos, serviu para que o Senado tivesse mais uma sessão. Considero lamentável a falta de sessões no Senado por inexistência de quem queira discutir qualquer assunto; o que não ocorreu hoje, mesmo que o assunto fosse de menor importância.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Jutahy Magalhães, V. Ex^a acaba de dizer que, com essa discussão, tivemos mais uma sessão do Senado. É isto, Senador, o que vemos acontecer aqui e o povo brasileiro também, e tira as suas conclusões. Nas segundas e nas sextas-feiras, o Senado ainda realiza sessões; a Câmara, às vezes, nem isso faz. Mas para apressar a cassação do mandato do Presidente realiza sessões nesses dias, enquanto projetos de grande importância, que já deviam ter sido aprovados, permanecem na Câmara sem que nada aconteça.

Então é isso que me preocupa: a credibilidade da classe política.

Agradeço a V. Ex^a os oportunos apartes, por esses debates que clareiam bem essa discussão entre o 1º vice-Líder do Governo e V. Ex^a, por quem todos nós temos um grande apreço, pela credibilidade do que afirma. Quando V. Ex^a no final do seu pronunciamento fala na ética, no respeito do vice-Presidente da República ao seu cargo, todos nós concordamos, porque conhecemos quem é o Senador Itamar Franco. Tenho a certeza de que o guizo do gato que o PMDB colocou no meu amigo, Senador José Sarney, a impressão que tenho é que não vai colocar. Pode até acontecer coisa pior, mas não colocarão o guiso no Itamar. Acredito nisso.

O Sr. Odacir Soares — Senador Ney Maranhão, desse debate, o Senador Jutahy transmitiu-me uma impressão que me deixou entristecido. Pelo que S. Ex^a disse, se por uma contingência democrática o Vice-Presidente e Itamar Franco vier a ser o Presidente, S. Ex^a já se manifestou que não vai mais continuar como oposição. Eu fiquei triste.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas depende das posições do futuro Presidente, se isso acontecer.

O Senador não assinou um papel em branco, não queria ser governo somente. Não, S. Ex^a está vendo a maçaranduba do tempo. Depende das coisas, não é, Senador Jutahy Magalhães?

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador, estou doído para ter uma experiência governista, porque também estou querendo ver o Senador Odacir Soares ter experiência de oposicionista. Não somente S. Ex^a, mas vários outros, porque, na realidade, alguns não têm culpa que o governo mude, a culpa é da Constituição que determina que o Presidente mude de cinco em cinco anos... Então, isso faz com que seja sempre

o Governo. O Senador Josaphat Marinho está aqui e sabe que lá na Bahia teve um candidato que, uma vez, num comício, disse assim: 'Estou com V. Ex^a e com todos os seus sucessores'. Existe também aqui quem diga que está com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, não importa o nome. V. Ex^a que é político de município do interior, como sou lá na Bahia, sabe que existem faixas que dizem: 'O Município tal saúda o Governador e sua comitiva'. Essa faixa pode ser usada de quatro em quatro anos, de oito em oito anos, não precisa mudar, é sempre o governador e sua comitiva. E aqui nós vamos ter isso também. Agora, eu quero ter a experiência governista. Eu já fui de partidos de governo, mas não fui governo, nunca participei — não digo pessoalmente — de cargos, nunca tive a satisfação de me considerar governista.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a é modesto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quando V. Ex^a fala, por exemplo, que recebeu a Comenda dos Militares, em reconhecimento ao trabalho que V. Ex^a fez, eu não digo que é uma frustração, mas é uma comprovação. Dos ministérios militares eu não tenho nem menção honrosa, quanto mais uma medalha; nunca tive da parte de nenhum deles nenhuma menção honrosa.

O Sr. Odacir Soares — Mas tem Certificado de Reservista?

O Sr. Jutahy Magalhães — Ah, isso eu tenho. Sou reservista de primeira classe. Eu servi no Exército.

O Sr. Odacir Soares — Melhor menção honrosa do que essa?

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu servi no Exército. Eu fui soldado raso no Exército; prestei meu serviço como soldado raso. Poderia servir no CPOR, mas preferi servir como soldado raso. Não sou de terceira categoria, sou de primeira categoria.

O Sr. Odacir Soares — Agora, Senador Ney Maranhão, o Senador Jutahy Magalhães já, de certo modo, restabeleceu a minha confiança, quando disse que faria uma experiência de Governo. Então, S. Ex^a, de certa forma, já limitou no tempo só em se referir que seria uma experiência.

O SR. NEY MARANHÃO — Vamos aguardar. Continuo, Sr. Presidente.

Depois do Governo do Presidente José Sarney veio a eleição direta para Presidente da República e o candidato Fernando Collor, com a sua mensagem de modernidade, de modificar a sociedade deste País, derrotou um Partido, como o PMDB, que enganou o povo brasileiro em troca da eleição dos seus vinte e um governadores. O povo não esqueceu o famoso Plano Cruzado II e deu o troco. O PFL, que naquela época era aliado do Governo, mas em menor escala, também recebeu o troco; o seu candidato, um homem capaz, um exemplo de seriedade neste País, teve praticamente menos votos que o candidato Enéas, que contava com apenas trinta segundos no horário eleitoral. O Lula da Silva, com toda a mídia, que ninguém pode contestar, com os mais importantes artistas da televisão e do rádio, com a imprensa, determinando o seu programa, que era a continuação do Muro de Berlim, do Leste Europeu, do capital sem risco, da continuação do corporativismo, foi derrotado. E Sua Excelência, o Presidente Fernando Collor de Mello, assume a Presidência com mais de trinta e cinco milhões de votos. Veio o início do

governo e Sua Excelência, no meu entender, errou muito. Mas, se colocarmos na balança as coisas que este Presidente fez por este País, o peso do benefício será muito maior.

Sr. Presidente, na época do Governo José Sarney, meu amigo e Senador, quando Sua Excelência disse: vou privatizar a Mafersa porque essa empresa dá um prejuízo ao País de 200 mil dólares por mês, bastou os barbudos da CUT darem um grito e o governo se esqueceu da privatização da Mafersa.

Falar-se em privatização naquela época era um pecado mortal, porque as esquerdas radicais patrulhavam. Havia uma espécie de covardia dos democratas, daqueles que estavam vendo o mundo mudar, mas mudar para a competitividade.

E qual foi o resultado de todas essas privatizações? Quem fez isso, quer queiram, quer não queiram, com todos os defeitos das privatizações que alguns apontam, foi o Presidente Fernando Collor. Mas, para a primeira privatização, Sua Excelência escolheu aquela empresa que dava mais lucro, a Usiminas.

Sabemos o que aconteceu neste País. Houve um quebra-quebra dos cartéis que por trás apoiavam a CUT, o braço direito do PT, para o governo recuar nas privatizações. E o Presidente Fernando Collor não teve medo de assombramento, não teve medo dessa gente e privatizou a Usiminas.

Sr. Presidente, o próprio Senador Ronan Tito se congratulou com a privatização da Usiminas porque, segundo informou, aquela empresa, desde sua criação até a privatização, deu um prejuízo de dois e meio bilhões de dólares ao Estado de Minas Gerais. A diferença era coberta pelos incentivos na razão de 40% e essa verba poderia ir para escolas, infraestrutura, enfim, benefícios para o Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a privatização da Usiminas foi o começo e daí para a frente acabou-se aquele quebra-quebra e os protestos da CUT e do PT. E hoje vemos os operários da CSN, empresa criada por Getúlio Vargas, pioneira do desenvolvimento e da independência econômica deste País, querendo a privatização para competir, evitando o capital sem risco que o PT e seus associados defendem.

Nesta hora, o QG desse partido sectário foi derrotado em Volta Redonda, pois os operários deram um basta nos correligionários do Lula e do Meneguelli e derrotaram o seu sindicato. Depois dessa privatização partiu-se para a área da abertura dos investimentos de capital estrangeiro.

Precisamos reconhecer, hoje, que este País estava, há mais de sete anos, praticamente em concordata falimentar. Não havia nenhum elo do Brasil com as áreas econômicas internacionais. Foi no governo deste Presidente que fizemos os melhores acordos para o nosso País, fato reconhecido pela própria Oposição.

Agora, apesar de toda essa situação em que vivemos, o Ministro Marcílio Marques Moreira trouxe o sinal do FMI para o acordo final com nosso País. Pela primeira vez — quando o Presidente Fernando Collor de Mello assumiu — estávamos com as nossas reservas cambiais praticamente a zero, 'quebrados' — temos mais de 20 bilhões de dólares de reserva. Isso demonstra a posição deste Governo que quis mudar este País e lutar contra os cartéis.

As pequenas empresas não tinham oportunidade. Hoje, o Dr. Joseph Couri, que preside o Sindicato da Micro, Pequena e Média Indústria do Estado de São Paulo, sabe que os pequenos empresários chegam a 500 mil. Foi este Governo que começou a dar apoio e condições à micro, pequena e média empresas.

A Sudene, que sempre beneficiou os grandes empresários, os grandes fazendeiros, hoje, com todos os seus defeitos, está prestigiando e ajudando o micro, médio e pequeno empresário.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, defendo este Governo com convicção, porque sou homem que muito viaja, principalmente para a Ásia. Já aconteceu, estando em Saigon, Hong Kong, Pequim, Shanghai, Tóquio, antes deste Governo, de pedir uma ligação a cobrar em meu gabinete e ter o desprazer e a vergonha, como Senador brasileiro, de ouvir, a resposta negativa. Não tínhamos crédito nem para pagar um telefonema. E hoje, está aí o Governador Joaquim Francisco, que acreditou na minha pessoa e é testemunha do trabalho que há cinco anos faço desta tribuna, na Embaixada da China Comunista, com as autoridades daquele país. Joaquim Francisco acreditou que a Ásia é o futuro propulsor do desenvolvimento do planeta.

Há pouco tempo, viajei com S. Ex^a. Fomos para Formosa. S. Ex^a acreditou que o capital para o Brasil sairia dali, porque um Estado como Formosa, onde a base da economia é a micro, média e pequena empresas, ali não há vinte empresas grandes, e há hoje uma reserva de 90 bilhões de dólares. E trata-se de um Estado menor do que a Paraíba.

Os frutos dessa viagem já estão começando a dar, Sr. Presidente. Pernambuco hoje está chegando acima de 500 milhões de dólares em termos de investimentos. O Sr. Governador já fez um compromisso de doação a esses dois países e cada um de doze mil hectares de terra para projetos integrados.

Vamos inaugurar dentro de 40 dias, Sr. Presidente, uma fábrica de bicicleta, popular, para os nordestinos poderem comprar uma bicicleta a preços acessíveis e de boa qualidade. Isso graças a esses investimentos que estão sendo feitos neste País.

Por quê, Sr. Presidente? Pela confiança que a área internacional tem dado ao Governo do Presidente Collor, queiram ou não os seus adversários.

Portanto, Sr. Presidente, como nordestino, como Senador da República, como homem com quarenta anos de vida pública, defendo o Governo do Presidente. Estou lutando para que não se concretize, na terça ou quarta-feira a aprovação do **impeachment**. Tenho certeza de que isso não vai acontecer! A Oposição está dizendo que tem 350, 360, 400 votos. Eu disse, inclusive, à imprensa que gosto de, muitas vezes, fazer a comparação com o povo lá do meu Nordeste. Vamos apagar o candeeiro, vamos derramar o gás, vamos botar a sanfona para tocar e vamos ver quem tem boi na parada. E vamos ver se terça ou quarta-feira a Oposição tem realmente esses votos para aprovar o **impeachment**. Tenho certeza de que vão ter uma surpresa desagradável.

Respeito o ponto de vista dos meus companheiros. Quando falo aqui, defendendo o meu ponto de vista. Respeito muito os meus adversários, principalmente do Partido com o qual mais luto, o PT. Vejo, entretanto, o Senador Eduardo Suplicy como homem sério, homem de bem, que defende as idéias antiquadas, como a construção do muro de Berlim que foi derrubado.

Defendo, respeito o meu amigo, o Deputado José Genóino, cassado que foi, que batalhou naquelas frentes de trabalho. Sei que é um homem sério, mas também defende esse ponto de vista errado. Incluo, ainda, os Deputados José Dirceu e Aloízio Mercadante. Tenho certeza de que S. Exas. também me respeitam por esse ponto de vista.

Agora, sinto que o Deputado Aloízio Mercadante, homem moço, tem idéias antiquadas, em oposição ao Senador Cid Sampaio, praticamente o criador da SUDENE, que, com oitenta anos, está fazendo livros pedindo a reforma do ajuste fiscal, uma justiça fiscal. Esse Senador esteve aqui muitos anos presidindo a Comissão de Economia. Portanto, há homens jovens com idéias antigas e homens mais velhos com idéias avançadas.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu me despeço desta tribuna certo de que o Presidente Fernando Collor marcou, neste País, uma posição com um grande freio de arrumação que deu a esta sociedade. Queira ou não, a maioria dos nossos empresários vivia atrás dos incentivos fiscais do BNDES, fazendo, muitas vezes, material fraco, ruim e vendendo ao mercado interno porque tinham a proteção do Governo para não exportar. Hoje, a coisa é diferente. Até a qualidade do ar-condicionado, que, há pouco tempo, era ruidoso, melhorou. Por quê? Porque estão vindo do exterior. Se não for de boa qualidade, quebra, como dizia o Presidente. Quer dizer, ou tem-se capacidade para trabalhar, produzir e administrar, ou é melhor montar uma quitanda. São essas posições que a Oposição tem que respeitar. Queira Deus, se acontecer de o Presidente Fernando Collor receber a licença da Câmara para o processo aqui, no Senado, podem ficar certos de que Sua Excelência não irá renunciar, mas vai até o fim do mandato porque não se renuncia ao poder — homem não renuncia, derruba-se pelo voto, pela força ou pela Constituição. E eu, neste Plenário, não vou, agora, de maneira alguma, dizer o meu voto porque penso que cada Senador não pode, neste momento, antecipar o seu voto, pois vamos ser juízes e juiz não pode prejudicar. A imprensa, sim, tem antecipado votos, divulgando que o Sr. fulano vai votar contra, o Sr. sicrano vai votar a favor. Creio que o Senado da República, o Poder maior dos homens de cabeça fria, experimentados, não pode dizer, sem as provas dos autos, o que vai acontecer. Não acredito que o processo venha para o Senado, porque a Câmara vai barrar na terça, ou quarta, ou quinta, ou sexta-feira. De agora em diante, a decisão da Câmara vai caber à Bancada do Governo, porque vamos definir como e quando devemos votar, juntos com a Oposição, em definitivo, a aprovação ou não do **impeachment**.

Minha preocupação, Sr. Presidente, é com meus colegas, Senadores e Deputados, e com a classe política, que não está com o conceito muito elevado perante a opinião pública, perante o povo brasileiro. Mesmo, com toda a mídia contra o Presidente, Sua Excelência está apenas com a diferença de um ponto.

O povo brasileiro viu o Líder de um Partido dizer cobras e lagartos do outro. Agora, estão juntos. Nunca vi cobra, jacaré e elefante se juntarem. Quêcia com Lula; Brizola já 'dando pau' no Lula, porque este foi fazer uma visita ao Dr. Roberto Marinho. Isso me preocupa.

Como eu havia dito desde o início da Comissão Parlamentar de Inquérito, essa formiga de roça chamada PC Farias está aí, palitando os dentes. Na semana passada foi para uma fazenda em Pernambuco comer bode guisado, bode assado, tomar banho de açude, porque ele tem certeza da impunidade. O povo brasileiro está pensando que ele vai ter uma pena exemplar. Não vai. Como eu disse anteriormente, pela sonegação fiscal, vai pagar um pouquinho de dinheiro. No entanto, quanto a fazer um curso de leão, tenho minhas dúvidas. No curso de leão, as grandes são meio transparentes;

sendo ele primário, pode sair. Aí, sim, o povo brasileiro não vai compreender essa presepada da CPI, que devia ter ido mais a fundo para examinar as provas.

Não digo toda, mas uma parte da CPI usou-a para tentar tirar proveito eleitoral. Digo logo de quem se trata: do PT; tentou, por todos os meios, melhorar a mídia do Senador Eduardo Suplicy e de seus candidatos. Mas não adiantou nada, estão levando cipoada, surra de urtiga.

Sr. Presidente, a CPI deveria ter provas concludentes, frias e irretorquíveis, para que a Justiça pudesse condená-lo. No meu entender, não há essas provas. Amanhã, o povo brasileiro, que está assistindo a tudo, vai exigir um basta à corrupção e aos atos praticados pelo Sr. PC. Nesse dia, a Justiça, por falta de provas, não poderá condená-lo.

Veja o que aconteceu em Pernambuco. O Tribunal Regional Federal, por unanimidade, já derrubou várias provas contra PC. Sem ordem judicial, entraram, para fazer média perante o povo e perante a mídia, nos escritórios do Sr. PC. O Tribunal contestou e julgou nulas as provas oriundas do escritório invadido sem ordem judicial.

Sr. Presidente, como Senador, como homem tenho autoridade para falar, porque um dos motivos para minha cassação foi a defesa que fiz de um companheiro, em 1969, quando saiu o AI-5. Posso dizer que me preocupo com o Brasil e com todos nós, da classe política.

O Sr. Almir Gabriel — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Concedo o aparte ao nobre Senador Almir Gabriel, com muito prazer.

O Sr. Almir Gabriel — Sr. Senador Ney Maranhão, quero começar este aparte, repetindo, com bastante ênfase, aquilo que é, com certeza absoluta, não apenas o meu juízo, mas o de todos os companheiros do Senado: o louvor à sua bravura, à sua lealdade, à sua sinceridade, ao seu despojamento. Inclusive, quero deixar bem claro que faço este aparte em respeito a todas as qualidades de V. Ex^a. Mas pelo menos três pontos eu gostaria de colocar: o primeiro refere-se ao permanente combate que faz V. Ex^a aos cartéis brasileiros. Ainda, ontem, à noite, estive estudando a revista Exame. Num breve levantamento, que ainda não colocó como um estudo, pareceu-me que pelo menos entre as 500 grandes empresas brasileiras, há uma correspondência de cerca de 50% do Produto Interno Bruto. Esse fato é tão grave que no âmbito da Previdência Social cerca de 3,2% das empresas nacionais respondem por 82% do total que a Previdência recolhe, o que nos mostra a concentração de renda feita ao longo desses últimos 25, 30 anos neste País. Ela já existia, mas extrapolou; passou todos os limites que se poderia admitir para um País que tivesse interesse em um crescimento econômico minimamente justo. Quando V. Ex^a se refere ao cartel da televisão, do rádio e do jornal, coloca, de maneira bastante clara também, sobre a necessidade de este País romper não apenas com esse cartel, mas com o dos bancos, que hoje detém aproximadamente 15 a 16% do PIB nacional. Levando-se em conta a velocidade com que a área bancária, a área monetária, a área financeira podem atuar, elas praticamente conduzem a política nacional, levam para onde quiser, pelo fato de deterem, hoje, um percentual extraordinário do nosso Produto Interno Bruto. Não há nenhum país do mundo onde a concentração de renda esteja tão grande. Portanto, temos cartéis; dentro desses cartéis, os banqueiros e os donos da mídia representam, sem dúvida, os tutores da sociedade brasileira.

O SR. NEY MARANHÃO — Aí de quem os contrariar!

O Sr. Almir Gabriel — Como disse o Senador Jutahy Magalhães, na verdade, o Congresso Nacional dispõe de meios e dispõe de forças. Precisa é ter coragem para enfrentar esses cartéis. Não podemos, de maneira alguma, descolar esses cartéis do que costumeiramente, passamos a chamar de elites dominantes no Brasil. Ora, temos muita clareza do que essas elites dominantes têm feito ao longo dessas últimas décadas, como em décadas anteriores: têm feito os Presidentes da República e têm estabelecido praticamente a apropriação, a privatização do Estado brasileiro.

O SR. NEY MARANHÃO — Como querem fazer, Senador, com o Presidente Collor.

O Sr. Almir Gabriel — Acabaram fazendo. No meu entender, a eleição do Presidente Collor foi uma opção tomada pela elite dominante brasileira, no momento em que ela se sentiu ameaçada ou pela candidatura Lula, ou por outras candidaturas que ela considerava contrárias aos seus próprios interesses. Portanto, foi uma opção política que envolveu recursos, envolveu toda uma mobilização nacional em torno da eleição do Sr. Collor de Mello.

O SR. NEY MARANHÃO — Como o Presidente não concordou com essas elites, no meu entender, querem, agora, derrubá-lo.

O Sr. Almir Gabriel — Aí é que começamos a divergir. Começamos a divergir exatamente numa segunda palavra que V. Ex^a colocou e que me parece importante, que é a palavra 'balança'. V. Ex^a disse que colocando numa balança as coisas más, ou erros, e as coisas boas feitas pelo Presidente Fernando Collor de Mello, V. Ex^a acha — e tem razões para isso, tem posições para isso — que o saldo foi favorável. Na hora em que V. Ex^a disse isso, logo depois, também, utilizou a expressão 'freio de arrumação'. E quando V. Ex^a usou essa expressão, ela me lembrou discussões que muitas vezes tive com sindicatos, ou discursos em comícios, em que eu dizia que o Brasil precisava ter realmente um freio de arrumação. O que houve com o Presidente Collor, ao implantar o confisco da poupança e uma série de outras medidas na área financeira, no meu entender, não foi freio de arrumação, foi uma trombada que Sua Excelência deu com a economia nacional. Então, em função disso, a desarrumação toda e tudo que estamos vendo no plano econômico é de extrema gravidade. V. Ex^a há de concordar conosco, que a inflação ainda está em patamares bastante altos, muito altos, acima de 1.000% ao ano. Em segundo lugar, há bastante tempo não enfrentávamos uma recessão tão grande como a que estamos enfrentando agora. V. Ex^a, como eu e como tantos outros companheiros aqui, certamente, ao fazer uma avaliação do Governo, ao ver as medidas que ele tomou, também sente direto, pelo contato, pelo cheiro, pela conversa com a população, o reflexo das medidas econômicas. Tenho certeza que V. Ex^a, tanto quanto eu e tantos outros companheiros, sente o número de pessoas desempregadas, sente o número de pessoas que não têm recurso para comprar alimentação, sente o número de pessoas que não dispõem de recursos para comprar medicamentos, enfim, sente que piorou, sem dúvida, para uma determinada classe de pessoas, dentro deste País, a situação nesses anos da administração Collor. Entra uma questão muito importante, para mim, nesse aspecto. Veja, assustei-me, quando Sua Excelência indicou o Ministro Antonio Rogério Magri para tomar conta da Previdência. Tenho quase certeza, ousou até dizer

que V. Ex^a também se assustou. Assustou-se porque o Sr. Magri iria tomar conta de uma área do Governo que corresponde a pelo menos 30 milhões de pessoas inscritas e que multiplicadas, por pelo menos 4, corresponde a 120 milhões de pessoas que têm relação direta ou indireta, formal, com a Previdência Social brasileira. Isso correspondia a, aproximadamente, 40% do Orçamento da República. Ora, ao lado de S. Ex^a foi indicada uma pessoa que até deu uma certa expectativa, dentro do Congresso Nacional, que foi o ex-Deputado Alcení Guerra. Logo vimos que os passos desses dois Ministros e aquilo que vinha acontecendo na área econômica não correspondia, seguramente, à expectativa nacional e muito menos à esperança que tinha sido levantada dentro da sociedade brasileira. Portanto, diria que essas três coisas, mais ainda o aqodamento da privatização, nos coloca com preocupações muito sérias. Não é que se seja contra a privatização, eu, pessoalmente, não sou contra a privatização. Agora, o que quero saber é em que termos se faz, em que velocidade se faz e com que moeda se faz essa privatização. Ousaria imaginar que V. Ex^a com a sua experiência de vida, se estivesse lica, ou se estive encarregado do programa de privatização nacional, não aceitaria as moedas podres que estão sendo aceitas. Com certeza absoluta, V. Ex^a iria se esforçar para que, ao alienar um patrimônio público, como é o da Usiminas e tantos outros, que isso resultasse numa vinda de recursos que permitisse liberar a economia, liberar a área da educação, a área da saúde e assim por diante. E o que se está fazendo é trocar um patrimônio concreto, capaz de se transformar em lucrativo num prazo curtíssimo, por alguma coisa que é dívida, para ser amortizada daqui a 10 anos, daqui a 15 anos, daqui a 20 anos. Então, são moedas que não têm valor concreto para a economia, hoje. Quando coloco todas essas coisas na balança de V. Ex^a e na minha balança, na minha balança a coisa cai para o lado negativo. Tenho certeza absoluta que a postura de V. Ex^a, a vida pública de V. Ex^a e as manifestações que tem repetido aqui não concorda de forma alguma com a atuação do Sr. PC Farias. V. Ex^a, ao não concordar com a posição do Sr. PC Farias, deve considerar absolutamente estranha a condição de esse moço pagar determinadas contas, pagar contas que nós, que somos nortistas, com a nossa formação, certamente não entendemos muito bem o pagamento de contas pessoais, familiares, de esposa; nós nortistas, com a nossa formação machista, com certeza absoluta teremos uma restrição extremamente séria e grave a respeito disso. Tenho certeza que V. Ex^a como nordestino que é, e faz questão de manter a sua origem, manter a autenticidade da sua postura, da sua conduta, da sua fala, deve sentir isso. Pois bem, dentro dessa linha de raciocínio eu diria que a questão ética é questão hoje posta, é questão colocada como da maior importância. Diria que a minha própria formação, minha formação de profissional de saúde, me implica um raciocínio relativamente simples, mas que é construída ao longo da profissão. Nós nunca, diante de um paciente, consideramos que ele está condenado e morto e por isso nada se pode fazer. Ou diante de uma patologia ou doença que nós não queiramos recuperar determinado órgão, ainda que o doente vá ficar deficiente. Dando um exemplo mais simples, que diante de uma gangrena, que condenamos todo o organismo. O que se quer é amputar a gangrena, é retirar o membro que esteja gangrenado. Então, dentro dessa lógica, dessa minha formação, diria a V. Ex^a que felizmente a Constituição e as leis do Brasil permitem que diante de uma acusação dramática, séria e grave como a que está sendo feita ao Senhor

Presidente da República, que Sua Excelência tenha a chance de vir ao Congresso Nacional e, sobretudo, dentro do próprio Senado, apresente as suas defesas e mostre de maneira clara se todas aquelas implicações que foram a ele atribuídas, pelo menos na questão da omissão, da complacência, da tolerância, apresente sua defesa e se isso tudo é ou não verdadeiro. Querer entender tudo isso como coisas idealísticas que apenas sonhamos e pensamos que deveriam ou não acontecer, fora da nossa realidade, seria fora também da especulação política, já que a questão política é a idéia transformada em ação, se é que posso sintetizar dessa maneira. Então, dentro disso, parece-me razoável entender esses desvios que possam estar acontecendo de um ou de outro lado. O certo é que a Nação não pode perder o momento extraordinário que estamos vivendo, cujo ator principal, cujo elemento fundamental para isso, de certa maneira está sendo o próprio Presidente da República. O que é mais importante é que a História brasileira atravessa um momento de extraordinária importância. Primeiro, importância no sentido de que sejamos capazes de rever o conceito de democracia; ver que democracia política só não basta, faz-se necessário a democracia social que leve a todas as pessoas a possibilidade de viver de maneira adequada, sem medo, sem risco de morrer por causas indevidas. Em segundo lugar, que sejamos capazes de fazer uma democracia em que a ética perpassa não apenas a ação do político. Estou com o Senador Josaphat Marinho, quando, enfaticamente, tem colocado aqui que o necessário é que a sociedade brasileira passe a refletir segundo uma ética. Tenho muito dúvida do sincretismo religioso brasileiro: uns, acreditam na Igreja Católica; outros na Igreja Protestante, mas ninguém deixa de 'quebrar o galho' em relação a xangôs e outras religiões que existem por aí. Então, pode até não ser uma qualidade essa condição que o brasileiro tem de misturar e aceitar todos os limites e balizamentos legais, morais e éticos. Dentro disso, portanto, a melhor função que podem ter os políticos, hoje, é buscarem utilizar essa oportunidade não apenas para que a ética entre na política, mas para que a ética entre na sociedade brasileira como um elemento permanente dela própria, a fim de que possamos construir o final deste século e o início do próximo como um período capaz de fazer o Brasil renascer; renascer mesmo, dentro da possibilidade de fazer uma sociedade mais justa, uma sociedade que coloque como filhos seus não apenas os que nascem no Sul e no Sudeste; uma sociedade que coloque como filhos seus não apenas os que conseguem uma renda per capita de mil, dois mil ou três mil dólares por mês; uma sociedade que permita a toda a população brasileira o acesso a uma condição melhor. Portanto, se dessa avaliação resultar o afastamento do Senhor Presidente da República, tenho certeza absoluta que eu, assim como todos os companheiros, assim como V. Ex^a, não ficaremos felizes. Não é isso que queremos. Pode até acontecer esse afastamento, pode até ser isso que deva acontecer, pode até ser que isso seja justo, mas a nenhum de nós corresponde a idéia de que vale a pena o afastamento do Senhor Presidente da República pelo simples fato de vingança ou pelo simples fato de oportunismo político. O que interessa para nós é que a Nação brasileira, que a população brasileira seja capaz de viver esse fato da maior importância, mas que ela dê um passo à frente, que ela avance tanto nos seus estamentos ditos elites dominantes, para que passem a refletir de uma forma diferente, melhor, tanto no meio político, quanto de todos os cidadãos em geral. Acredito que essa é a experiência que podemos viver.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Almir Gabriel, respondendo a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (João França) — Nobre Senador Ney Maranhão, a Presidência pede a V. Exª que conclua o seu pronunciamento, pois já excedeu o seu tempo em mais de uma hora e há, ainda, outros oradores.

O SR. NEY MARANHÃO — Peço desculpas a V. Exª, Sr. Presidente, que teve uma paciência de Jó com este humilde orador. Irei concluir logo que responder ao aparte do nobre Senador Almir Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (João França) — A Presidência agradece a V. Exª

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Almir Gabriel, todos nós conhecemos V. Exª pelo seu passado de luta em defesa dos humildes. V. Exª conhece os problemas que essas pessoas enfrentam e procura defendê-las, não apenas em tese, mas com a autoridade que a sua experiência de vida lhe dá. Permita-me, nobre Senador, responder por etapa o seu aparte.

Concordo com V. Exª quando falou na indicação de alguns Ministros, feita pelo Presidente da República. Mas sabemos que a idéia do Presidente era entregar o Ministério do Trabalho e Previdência Social a um trabalhador. Não me lembro, desde o tempo de Getúlio Vargas até hoje, de nenhum trabalhador que tenha ocupado o cargo de Ministro do Trabalho ou da Previdência Social. Se houve, V. Exª terá que me lembrar.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Ney Maranhão, acredito que um médico é um trabalhador, um advogado é um trabalhador. Pessoas que desenvolvem trabalho intelectual também são trabalhadores.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, neste ponto concordo com V. Exª. Minha origem é o Partido Trabalhista Brasileiro, o partido de Getúlio Vargas, da carta-testamento, que, como V. Exª sabe, inspira-se no grande líder britânico Clement Attlee.

O Sr. Almir Gabriel — E que tinha Alberto Pasqualini e outras figuras extraordinárias.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, San Tiago Dantas, Fernando Ferrari.

O Sr. Almir Gabriel — Exatamente.

O SR. NEY MARANHÃO — E a tese do Partido Trabalhista Brasileiro é parecida com a do Partido Trabalhista Britânico, cujo grande fundador, se não me engano, foi Clement Attlee: o trabalhador não é apenas aquele de mãos calosas, como dá a entender o sectário PT de Lula, mas é o jornalista, o médico, o empresário, todos que concorrem para o engrandecimento e o desenvolvimento do País.

Quando o Presidente Collor indicou para Ministro o presidente da CGT, o presidente do Sindicato dos Eletricitários do Brasil, pretendia mostrar que iria entregar 40% do Orçamento do País, como V. Exª acaba de citar, a um trabalhador. V. Exª deve compreender a intenção que o Presidente teve. Mas, infelizmente, concordo com V. Exª, não houve a atuação esperada. Acredito que o cargo e a experiência — V. Exª sabe o que é Previdência, o que é o Ministério do Trabalho — fizeram com que as coisas não saíssem como se esperava.

Com respeito a outros Ministérios, também dou razão a V. Exª. Porém, V. Exª há de convir que o Presidente Collor,

como estadista, reconheceu o erro e mudou tudo. Como diz o ditado popular, 'o pior cego é aquele que não quer ver'. Hoje, temos um Ministério com a credibilidade e o respeito que poucos alcançaram até hoje. Temos que reconhecer isso. O Presidente da República mudou, virou a mesa, limpou e colocou Ministros como Adib Jatene, Marcílio Marques Moreira e outros mais, que têm o respaldo e o respeito do País.

Quanto à questão da poupança, temos que reconhecer que também foi em decorrência de um Ministério sem experiência; mas, mesmo assim, foi a primeira vez na História do País que o povo — que não acreditava na devolução, porque o empréstimo compulsório e tantos outros nunca foram devolvidos — viu serem devolvidos todos os cruzados retidos.

O maior calote, Senador Almir Gabriel, o famoso coice de burro dado neste País foi o Plano Cruzado. Inclusive, conversando com o Dr. Cury, representante das pequenas, micros e médias empresas, que reúne 500 mil empresários, fui informado de que estavam todas quebradas.

O Sr. Almir Gabriel — Gostaria apenas de dizer duas coisas, Senador. Uma delas é que o Plano Cruzado fracassou, não porque não fosse bom, mas pela utilização politiquêira, que fez com que um plano, feito para um período de 120 dias, se estendesse para cobrir interesses eleitorais.

O SR. NEY MARANHÃO — Exatamente. O PMDB foi o responsável. Compreendo perfeitamente.

Se o Plano Cruzado tivesse sido aplicado da maneira correta, ele teria dado certo, mas houve uma pressão do partido...

O Sr. Almir Gabriel — Houve uma utilização inadequada do Plano Cruzado.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, e graças a isso o PMDB elegeu 21 governadores, V. Exª há de concordar. O resultado foi que, quando as urnas abriram, o plano afundou. Foi por isso que o povo deu o troco, com juros e correção monetária. A quem? Ao homem que nós consideramos o Churchill brasileiro, como eu tive ocasião de falar aqui, o Dr. Ulysses Guimarães, que recebeu apenas 7% dos votos deste País. Foi o troco que o povo deu em resposta àquele grande engodo que usaram para eleger aqueles governadores.

O Sr. Almir Gabriel — Quanto à devolução dos recursos, V. Exª sabe perfeitamente que eles foram devolvidos com o 'abatimento' de 35 a 40%. Houve uma apropriação por parte do Governo de um volume significativa da poupança nacional. E o que considero dramático é o seguinte: em relação aos grandes poupadores, eu até que não me preocupo; mas eu assisti, como V. Exª também deve ter assistido...

O SR. NEY MARANHÃO — Perfeito, houve muitos exemplos de pessoas revoltadas.

O Sr. Almir Gabriel ... um motorista de táxi desesperado, dizendo: com esse dinheiro eu mantinha o meu filho no colégio.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, Senador. Concordo com V. Exª. Mas quando o Presidente assumiu, este País estava como doente em estado terminal: com uma inflação de 100% e tomou aquela atitude. Mas tenho o exemplo do Deputado Roberto Magalhães, que tinha uma poupança e quando foi receber agora, disse: —'Não, está errado! Não é possível que eu vá receber esse dinheiro todo!' Ficou espantado. Muita gente que tinha aquele dinheiro e podia ter gasto naquela

época em algumas bobagens, representou para ela uma poupança forçada. E uma prova, Senador, que quando esse dinheiro foi liberado... Eu tenho o exemplo da BRASTEMP, um dos cartéis deste País, que domina quase 30% e quem compra é o povão, que apostou no consumismo. E V.Exª viu que o povo não entrou nessa, praticamente não resgatou a poupança. Então, houve uma série de injustiças, concordo com V.Exª. Mas, por um lado, o povo brasileiro começou a aprender a poupar. Em vez de comprar numa primeira casa que encontrasse, ele hoje procura 10, 15, 20 casas, briga, cansa a canela para comprar mais barato. É isso que este Governo ensinou, só isso, Senador, foi muito bom. Então, essa é a segunda resposta ao aparte de V.Exª.

O terceiro, que é o problema da privatização, concordo com V.Exª de que há muitas coisas erradas. Concordo em número e grau, mas V.Exª há de conferir comigo que nessa privatização quem foi que mais chiou, Sr. Senador Almir Gabriel? Por exemplo: por trás do caso da USIMINAS, quem foram os que mais se beneficiaram? Foram os cartéis — o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, comprando as chapinhas; a BRASTEMP, com 40% de desconto e o mais grave, Sr. Senador, é que não repassavam para o consumidor. Então, eu tenho certeza de que esses, inclusive, financiaram e incentivaram a CUT e o PT a fazerem todas aquelas presepadas no Rio de Janeiro porque, por trás disso, eles tinham interesse.

O Sr. Almir Gabriel — Nobre Senador, uma coisa interessante da política é que, em determinados momentos, pessoas, que têm interesses absolutamente antagônicos, podem estar em situações de defender o mesmo tema. Na verdade, o interesse que os sindicatos tinham ao não aceitarem a privatização não eram os mesmos interesses do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, das montadoras, que se beneficiaram, ao longo de décadas, de subsídios específicos na área de aço planos e outros aços, sem dúvida alguma.

O SR. NEY MARANHÃO — Exatamente, Sr. Senador.

O Sr. Almir Gabriel — Agora, isto é parte da própria política.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro. A grande dificuldade, Sr. Senador Almir Gabriel, é que qualquer Governo que venha a quebrar esse pacto dos cartéis — e, para eles, o saco nunca enche, está sempre enchendo; são formigas, como digo, aqui, do tipo da roça, do tipo PC, eles tentam derrubar. Nobre Senador, eles querem o lucro para eles. Sr. Senador, V.Exª sabe que, na área internacional, num investimento qualquer, faz-se um investimento para tirar o capital somente em 10 ou 15 anos; mas os nossos cartéis querem investir para tirar rapidamente em 2 ou 3 anos. Vou dar-lhe um exemplo: o cimento. V.Exª sabe que é uma matéria-prima importante para o povão. Graças ao Presidente, estamos, hoje, importando cimento com 40% de desconto. Ele vem da Rússia, vem da Turquia; grandes quantidades de cimento estão sendo importadas pelo Ceará, Pernambuco, Brasília, Rio de Janeiro, e com isso o cartel do cimento está chiando. Nessas coisas o Presidente balançou o coreto desse pessoal; e todos eles, queiram ou não queiram — não entro do âmbito da questão —, estão todos unidos, torcendo, fazendo até catimbó — como se diz por aí — para derrubar o Presidente. Queira Deus que isso não aconteça, mas se acontecer, se não tomarmos posições firmes de decisões políticas, no Congresso, para frear essa gente, não haverá governo neste País que chegue ao seu final porque o povo brasileiro deseja o equilíbrio social e econômico; os cartéis são o câncer.

O Sr. Almir Gabriel — A classe política precisa aprender a ter coerência entre o discurso do palanque e a ação no Congresso, porque não vi político algum subir em palanque e dizer que é a favor do cartel, que é a favor da concentração de renda; todos sobem no palanque dizendo que vão defender os pobres, os miseráveis; querem saúde para todo mundo, querem habitação. Então é simples: é só fazer a concordância entre o discurso do palanque e a ação dentro do Congresso Nacional, votando aquilo que é do interesse da maioria da população brasileira. Eu não diria nem que caberia uma grande ginástica, é só manter a coerência.

O SR. NEY MARANHÃO — É por isso — e V.Exª há de concordar comigo — que o povo acompanha os fatos com muito cuidado e carinho. Veja que o conceito da classe política não está tão elevado perante o povo brasileiro; a diferença, hoje, mesmo contra o Presidente Collor, é de 1%, justamente por causa dessa incoerência. São essas coisas que me preocupam, a V.Exª, ao Senador Odacir Soares e a todos nós do Congresso.

Agradeço a V.Exª pelo oportuno aparte, brilhante, de homem estudioso, consciente — é como digo aqui no Senado, somos os homens de cabeça fria, e vamos, se Deus quiser, com esses debates, chegar a um dominador comum, a um caminho para o desenvolvimento da nossa Pátria.

O Sr. Almir Gabriel — Obrigado pela generosidade de V.Exª.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, depois desse debate, encerro este meu pronunciamento, pedindo desculpas por ter tomado um longo tempo desta sessão. Agradeço a paciência de V.Exª.

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João França.

O SR. PRESIDENTE (João França) — A Presidência recebeu, do Presidente do Banco Central do Brasil, os Ofícios nº S/41 a S/47, de 1992 (nº 1.763 a 1.769/92, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que as Prefeituras Municipais de Guapirama, Campo Mourão, Florai, Campo Largo, Londrina, Rolândia e São Miguel do Iguaçu, todas do Estado do Paraná, possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 724, DE 1992

Com fulcro no item 2, do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a transcrição nos Anais desta Casa dos artigos "Antecedentes a um triunfo que está a nossos pés" e "será que só o tempo é o melhor remédio?", ambos de autoria da jovem Fabíola Gomes, publicados no **Sa-Fa-informa**, setembro de 1992, informativo do Centro Educacional Sagrada Família.

Brasília, 25 de setembro de 1992. — Senador **Maurício Corrêa**, Líder do PDT.

(Ao exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (João França) — O requerimento que tem de ser lido será publicado e submetido ao exame da Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, que falará como líder.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Como líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para requerer a transcrição dos Anais do Senado, de entrevista do Ministro Marcílio Marques Moreira, publicado no jornal *O Globo*, edição de hoje.

Vou ler apenas três parágrafos dessa entrevista. Diz a entrevista o seguinte:

“O Presidente Collor está sendo vítima do próprio êxito, na opinião do Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em entrevista ao *Globo*, durante o voo de volta dos Estados Unidos, onde participou da reunião anual do FMI e do Banco Mundial.

Para Marcílio, que trouxe elogios do Presidente George Bush a Collor, o projeto de modernização nacional mexeu com privilégios enraizados e costumes arraigados que se rebelam agora contra o Governo.

Marcílio disse que há condições de o Presidente, vencendo a votação do impeachment, reorganizar suas bases políticas, acima dos partidos, em torno de um programa. O Ministro aceitaria integrar eventual nova equipe de Collor, dependendo da nova composição de forças políticas, mas não ficará com Itamar Franco.”

É uma matéria da Jornalista Sílvia Faria.

Peço a Mesa a transcrição desta entrevista nos Anais do Senado, por ser muito importante, muito oportuna, onde o Ministro da Economia analisa não apenas as questões éticas, mas as questões jurídicas, as questões relacionadas com a infra e supra-estrutura do Estado brasileiro, as causas da deteriorização moral, social e econômica no país, os interesses corporativistas e etc.

Gostaria que fosse transcrito nos Anais do Senado Federal o Editorial do *Jornal do Brasil*, edição de hoje, sob o título: “Caronas do atraso”.

Vou ler apenas duas partes do editorial.

Diz o seguinte:

“Como fiador do pacto de governabilidade e responsável por 16 meses de tranquilidade na economia, graças à recuperação da credibilidade do governo como executor da política econômica, o Ministro Marcílio Marques Moreira alerta que a “mediocridade moralista” pode dar oportunidade aos “interesses corporativos e retrógrados que querem tirar carona” da crise política brasileira.

A um grupo de empresários brasileiros e americanos, nos Estados Unidos, o ministro apontou o perigo latente das correntes que se opõem às reformas indispensáveis para a modernização do Brasil se abrigarem sob a ética e a moralidade e introduzirem na discussão política argumentos em favor dos elementos corporativos.”

Termina o editorial da seguinte maneira:

“O Ministro convocou a sociedade a aproveitar a crise, no sentido construtivo, para fazer uma grande reflexão com uma dimensão ética, econômica, política e social, sugerindo o aprofundamento das reformas es-

truturais modernizantes do País. As reformas são urgentes e as discussões a respeito devem ser retomadas tão logo se defina o quadro institucional, para não abrir espaço a que se reagrupem os interesses dos que querem tomar carona ou guardar lugar cativo no trem do atraso. Erros e abusos, na condução dos negócios do estado, não devem desautorizar as idéias pertinentes de modernização do próprio estado e da economia brasileiras, que implicam desalojar os interesses empresariais cartoriais e corporativos funcionais que se cristalizaram em quarenta anos em postos-chave da vida nacional sob a proteção dos governos.”

Esta entrevista do Ministro Marcílio Marques Moreira ao *Jornal O Globo*, edição de hoje, assim como o editorial do *Jornal do Brasil*, *O Globo*, edição de hoje, assim como o editorial do *Jornal Brasil*, sob o título “Caronas do Atraso”, vem muito a propósito desse debate que se acaba de travar aqui hoje, principalmente na sua parte final, entre o Senador Ney Maranhão, autor do discurso, e o Senador Almir Gabriel, que trouxe à nossa apreciação, à nossa análise, à nossa reflexão dados importantes que estão a afetar o desenvolvimento e a modernização da sociedade brasileira.

S. Ex^a demonstrou, com dados estatísticos, o perfil da concentração de renda no nosso País, o perfil da sonegação de renda do nosso País, a contrario sensu, o perfil da má distribuição de renda no nosso país, também a contrario sensu, e a situação em que vive hoje — fato que vem se aprofundando e se acelerando nos últimos vinte anos — mais da metade da população brasileira, em completo abandono, em estado de miséria e pobreza absolutas.

Exatamente S. Ex^a o Senador Almir Gabriel, apartando o Senador Ney Maranhão, toca no ponto fulcral da crise pela qual passa a sociedade brasileira. É a resistência das elites dominantes, como disse muito bem S. Ex^a, numa análise sociológica do fenômeno da estrutura da nossa sociedade, no sentido de impedir, a qualquer meio e a qualquer custo, a modernização da sociedade brasileira, com a eliminação de privilégios que estão arraigados no estado há mais de 50 anos, mas que se aprofundaram nos últimos anos.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Pois não, Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Complementando o pronunciamento do meu amigo e Líder do Governo, Senador Odacir Soares, que está fazendo com muita propriedade, com experiência e conhecimento de causa. Foi uma pena, Senador Odacir Soares, que eu não estivesse presente na ocasião em que a CPI do PC recebeu uma figura de destaque dos cartéis, aliás, o “chefe” dessa quadrilha de cartéis do nosso País: o Dr. Antônio Ermírio de Moraes. Não estava presente àquela reunião, porque tive que fazer uma cirurgia na boca; passei a noite sem dormir e não tinha condições de comparecer. Mas veja o que aconteceu nessa CPI: Receberam o Dr. Antônio Ermírio de Moraes de tapete vermelho; perguntaram a S.Sa se estava se sentindo bem, e quase que colocaram um ambulatório, com toda a equipe médica, porque, se ele se sentisse mal, estariam em tempo e hora de servi-lo. Ora, meu caro amigo Senador Odacir Soares, eu iria fazer apenas uma pergunta a S. Sa.: Como é que V. Sa. escolhe uma empresa desconhecida para assessorá-lo, quando V. Sa. tem todas as condições de ter as melhores assessorias do Brasil

e internacionais? E ainda vem, com a cara lisa, dizer que deu 215 mil dólares a esse inocente do Rosarinho, de Alagoas. "V. Sa. queria reza?" — e — diria na cara dele. Há o corrupto e o corruptor, eu pediria a prisão dele ali, por falta de respeito à CPI. Acho que é isso que tinha que ser feito, para não haver dois pesos e duas medidas. Isso mostra, Senador Odacir Soares, a força que tem essa gente. Qualquer governo que contrarie essa gente... Aconteceu com Getúlio; quase aconteceu com Juscelino; o Jânio, porque não tinha as calças apertadas, deu a carreira, porque as forças ocultas eram essa gente; o Jango tentou fazer aquela reforma de base e correu também, foi derrubado; e esse "doido" — porque só um doido como esse tinha condições de fazer as reformas que fez e mudar a estrutura deste País, queira ou não queira a Oposição. E hoje estamos lutando e tenho certeza de que, na terça ou quarta-feira, vamos mostrar a muitos que estão dentro dessa linha, mas não estão muito bem orientados, que quem está comandando esse processo é o PT. E por trás do PT, nas sombras, estão os cartéis, está o corporativismo, essa gente que quer que tudo continue na mesma. Queira Deus que isso não aconteça, mas vamos lutar até o fim, e temos certeza de que o Presidente da República irá continuar e terminará o Governo, colocando nos trilhos aquilo que Sua Excelência assumiu como obrigação, do Oiapoque ao Chuf.

O SR. ODACIR SOARES — Só para terminar, Sr. Presidente. Como a discussão é oportuna e foi muito bem iniciada pelo Senador Almir Gabriel, vou apenas ler aqui mais duas ou três partes desta matéria de *O Globo* de hoje.

Indagado pela repórter sobre onde se localizam os interesses corporativistas no Brasil, disse o Ministro Marcílio Marques Moreira o seguinte:

"No Brasil, o nacionalismo e o estatismo, que são mais ideologias, passam a ser exercidos em defesa daquilo a que Fernando Henrique Cardoso chamava burguesia do Estado.

Os próprios funcionários das empresas estatais estão levantando isso, como uma ideologia idealista, mas que muitas vezes é de fato a defesa do status quo. O bom governo se perde quando esses interesses especiais acabam capturando a própria condução dos negócios públicos".

A repórter perguntou:

"O Presidente Collor teria sido vítima dos interesses corporativistas?

O Ministro disse:

"Acho que sim. Ele de fato, não se pode negar, modificou a cabeça nacional. Colocou na agenda nacional temas como modernização, reformas estruturais. Mudanças, e a mudança sempre mexe com interesses adquiridos, costumes arraigados, privilégios enraizados. De certa maneira, pode-se dizer que ele está sendo vítima de seu próprio êxito. De fato, ele foi um elemento modernizador.

O Globo — A modernização é reconhecida no exterior?

Marcílio — Fora do país, eles reconhecem que o Presidente Collor tem um programa estrutural de modernização, de inserção de forma dinâmica, soberana e competitiva na economia mundial."

E a repórter faz uma pergunta muito oportuna. Ela indaga o seguinte:

O Globo — O senhor acha que, permanecendo no Governo, o Presidente teria condições de dar continuidade a essas reformas?

Marcílio — Acho que com uma decisão favorável, ele tem que reconstruir uma base política, uma base parlamentar, para poder levar adiante esse grande projeto da modernização. E o item prioritário é a reforma fiscal, porque sem isso os outros projetos seriam prejudicados. Nessa hipótese, tem que haver desarmamento de espírito, sem o acirramento de ódios, acusações, recriminações. Tem que haver investigações e julgamentos rigorosos, mas não essa onda de acusações levianas e de perseguições políticas."

O Sr. Almir Gabriel — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Pois não, nobre Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Odacir Soares, fiquei sensibilizado com o fato de V. Ex^a recorrer ao meu aparte ao discurso do Senador Ney Maranhão, mas quero situar com precisão as colocações que eu fiz. A elite dominante brasileira, no momento em que se sentiu em risco, apoiou o Senhor Fernando Collor de Mello, levando-o à Presidência da República. Creio, sim, que Sua Excelência contrariou certos interesses de alguns cartéis. Eu não excluo que na ação do Presidente da República tenha tomado decisões que alterou a ação de vários cartéis. Alterou na medida em que obrigou-os a lutar de forma bem diferente do que vinham lutando, no sentido de que o crescimento que eles pudessem ter não fosse apenas às expensas do Estado brasileiro. E nós sabemos que várias grandes empresas nacionais foram construídas seguramente pela transferência do dinheiro do trabalhador, do salário do trabalhador, dos assalariados como um todo, recolhidos através de impostos pela Nação, pelo Estado, e transferidos via empreendimentos feitos sob os mais diversos modos e maneiras, de tal forma que acabou transferindo essa massa brutal de recursos para esses cartéis. Eu não excluo que da ação do Presidente tenha resultado o ferimento de interesses de alguns cartéis. Mas quero questionar a palavra modernização. Penso que ela tem sido utilizada com muita frequência. Eu sei que existe hoje uma expressão que eu não faço muito o jeito dela, mas é utilizada com frequência, principalmente pelos economistas, de modernização conservadora. Na verdade, a proposta do Governo tem sido da assim chamada modernização conservadora, porque na medida em que entendemos que modernizar é apenas fazer com que o parque industrial brasileiro passe a ter competitividade internacional, significa de forma indireta o reforço dos cartéis. Então, o que gostaria é que essa modernização tivesse o ímpeto, o condão filosófico, o condão político daquilo que realmente é moderno no mundo. Moderno é não ter injustiça; moderno é as pessoas poderem ter uma vida igualitária; moderno é as pessoas terem uma esperança de vida tanto faz ser empresário como trabalhador; moderno é a mortalidade infantil tanto ser equivalente nas classes melhor remuneradas quantas nas menos remuneradas; moderno é todos terem a possibilidade de educação; moderno é todas as pessoas poderem ter uma habitação razoável; moderno, enfim, é um conceito de viver, no conjunto da sociedade, dentro de um patamar em que aquilo que a ciência, a tecnologia, a economia, a política, enfim, todas as coisas levam a que uma sociedade possa desfrutar de bem-estar.

Então, esse ponto me parece fundamental para que situemos as nossas respectivas posições. Eu queria dizer que concordo que o Sr. Fernando Collor de Mello tenha ferido alguns interesses. Tenho dúvida de que se a afirmação do Ministro da Economia, o ilustre Sr. Marcílio Marques Moreira e outras afirmações a respeito da assim chamada modernidade brasileira, se isso realmente está sendo atingido pelo atual Governo. Quero recorrer a um aspecto muito simples: o aspecto de saber quanto de recursos foi para a Amazônia, quanto foi para o Nordeste, quanto foi para o Centro-Oeste, capazes de fazer com que houvesse uma real integração da economia a economia nacional. Eu diria que, na medida em que melhora a competitividade das montadoras, na medida em que melhora a competitividade dos produtores de cimento, na medida em que melhora a competitividade internacional da área de informática brasileira, na medida, enfim, que se aperfeiçoe esse grupo que detém o capital, nessa mesma medida eu penso que não se leva à modernização da sociedade, segundo esse conceito que considero o mais justo, que tenho certeza é o meu, é o de V. Ex^a e, também, é o do Senador Ney Maranhão.

O SR. ODACIR SOARES — Estamos, eu e V. Ex^a, perfeitamente de acordo não apenas com a constatação que fez inicialmente, à qual me referi: constatação estatística de dados, de números. Estamos inteiramente de acordo, eu diria, até ideologicamente nessa matéria. Tenho a mesma visão de V. Ex^a com relação às elites dominantes, aos grupos, aos cartéis, aos monopólios e aos oligopólios.

Agora, discordo apenas nessa parte final, discordo apenas da metodologia, temos apenas uma discrepância de metodologia: V. Ex^a quer chegar a essa situação final, que é a finalidade do Estado, que o Estado social deva ter como finalidade a realização de todas essas tarefas, de todas essas metas às quais V. Ex^a acaba de se referir, e com as quais concordo plenamente, sem passar pela primeira etapa que é a de retirar o Estado da economia, que é fazer com que o Estado seja menos gastador.

O problema brasileiro, de certo modo, começa com um problema institucional. Vivemos em um sistema presidencialista de governo no qual o Presidente da República não pode ser reeleito, pois tem um mandato de quatro ou cinco anos e, ao contrário dos outros sistemas presidencialistas, como o dos Estados Unidos, tem que fazer um programa de governo amarrado a quatro ou cinco anos e que, em função da nossa realidade, termina sendo um programa que não pode remendar o Estado como um todo; tem que começar remendendo naquilo que o governante considere ser prioritário.

No caso brasileiro, por exemplo, todos nós sabemos que a acumulação da dívida externa e interna resultou — conforme V. Ex^a muito bem disse agora — na transferência de maciços recursos estatais para a iniciativa privada, o que é indiscutível, e das mais variadas formas. Todas elas, evidentemente, sob a capa da legalidade, amarradas por dispositivos constitucionais e legais que permitiram isso, sem se afastarem também do contexto dessa transferência. Mas o fato é o seguinte: Na medida em que o Estado brasileiro não saía da economia, na medida em que o Estado brasileiro estava endividado externamente e internamente, como decorrência do mau exercício de atividades que deveriam ser privadas e que estavam sendo exercitadas por ele, era levado a esse endividamento externo e interno; não havia poupança para investir em setores aos quais V. Ex^a se refere e com o que eu concordo plenamente.

De que maneira iria o Estado investir na educação, na saúde, nos transportes, na infra-estrutura urbana, na infra-estrutura rural, na reforma agrária, na eletrificação rural, enfim, nos setores infra-estruturais, se não lhe sobrava dinheiro sequer para pagar as suas dívidas interna e externa?

Nos últimos anos, somente a dívida externa da Siderbrás era superior a trinta bilhões de dólares e, conforme disseram muito bem V. Ex^a e o Senador Ney Maranhão, o aço produzido era vendido para os cartéis e oligopólios brasileiros, associados a interesses internacionais, a preços inferiores ao preço de produção.

Na realidade, estou plenamente de acordo com V. Ex^a. Temos o diagnóstico e a receita, mas esta, dentro do quadro constitucional brasileiro, tem um prazo determinado para ser aplicada. O remédio tem um prazo determinado para ser aplicado, mas, dada a sua grandeza e complexidade — que termina com o Estado brasileiro sendo totalmente social —, a modernização necessária não se faz na velocidade e no prazo que seriam exigidos pela sociedade brasileira, até porque esses interesses elitistas dominantes se organizam e se mobilizam para impedir que essas reformas estruturais aconteçam.

O Sr. Almir Gabriel — Permite-me V. Ex^a mais um aparte, nobre Senador Odacir Soares?

O SR. ODACIR SOARES — Com muito prazer, nobre Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Odacir Soares, em primeiro lugar, V. Ex^a deve ter notado que nunca faço nenhum comentário abrangendo somente um Presidente da República. Acredito que uma análise desse tipo corre o risco de ser parcial. Eu tendo a fazer uma análise por um prazo sempre maior, de décadas, porque só assim conseguiremos uma avaliação razoável, quer da economia, quer do papel do Estado, quer das condições sociais. O que me cabe dizer, em primeiro lugar, é que o papel do Estado brasileiro foi extraordinário nesse momento em que ele tentou capitalizar-se e buscou isso. Hoje vejo as pessoas execrarem o Estado, mas foi em função dele que tivemos Volta Redonda, Petrobrás, enfim, toda a infra-estrutura do País em termos de estradas, de portos, de telecomunicações, porque a empresa privada brasileira não tinha capital para fazer nenhum projeto macrorregional, como Itaipu ou Tucuruí. Agora, a empresa privada nacional se aproveitou da ação do Estado e, conseqüentemente, muitos que hoje defendem o liberalismo estavam no Governo à época e não souberam dosar em que momento o Estado tinha que parar para deixar as empresas privadas continuarem a sua luta, e o Estado passar a prover as outras necessidades que são obrigações primárias e essenciais dele. Quer dizer, na verdade, a expressão “privatização do Estado brasileiro” é uma das mais felizes que este País já ouviu e que conheço, na medida em que os cartéis, a elite dominante brasileira se aproveitou da organização do Estado para continuar usufruindo, aumentando a diferença extraordinária que temos hoje entre os diversos estamentos da nossa sociedade e entre as diversas regiões brasileiras. Creio que este é um grande momento para essas reflexões. Entendo, porém, que as nossas reflexões só chegarão a um caminho adequado, em primeiro lugar, se estivermos concordes em relação ao conceito de modernização. Se obtivermos concordância sob o ponto de vista de que moderna é uma sociedade onde haja bem-estar, começaremos bem; em segundo lugar, que sejamos capazes de enfrentar esses cartéis e essas elites dominantes no sentido

de representar de maneira adequada aquele conjunto da população brasileira que não tem voz, que não tem vez, e que tem um voto deformado, em grande parte, pela condição da mídia e pela condição do uso inadequado do poder econômico durante a campanha eleitoral, em função da ação político-eleitoreira. Então, eu diria que este é um momento crucial deve tirar de nós as paixões e tentar trazer à nossa mente o sonho, o ideal, que, na nossa idade, podemos continuar a sentir e a viver. O Senador Ney Maranhão disse há pouco que existem velhos com idéias novas, e existem jovens com idéias velhas. Isso é verdade! Penso que nós, no Senado, poderemos ainda, responsavelmente, sonhar com um país que realmente vença a miséria, a fome, o sofrimento. Eu me sinto muito mal todas as vezes que vejo as estatísticas de epidemiologia demonstrarem as situações vividas por este País, especialmente em determinadas áreas onde o substrato da doença é a fome, é a desnutrição. Não é possível num país que hoje produz 70 milhões de toneladas de grãos, que produz uma quantidade suficiente para a alimentação da sua população, quando, na verdade, ele teria condições extraordinárias de produzir muito mais, exportar os excedentes, sem garantir a alimentação adequada da sua gente. Agora, é preciso renda para o trabalhador poder consumir, comprar o alimento e o homem do campo não pode produzir de graça. Por conseguinte, temos um papel extraordinário a desempenhar, neste momento, no País. É um papel grave, que de certa maneira está sendo permitido, induzido, facilitado, ou acaba sendo provocado pelo Presidente da República e pelas condições da gestão para as quais acabou levando o País. Creio que não se tem discutido muito a questão da condução da política econômica e administrativa, embora discordemos dela. Mas a condição da ética que foi envolvida não pode ser desconhecida por nós, até porque não se trata apenas do Presidente da República, mas, para mantermos o nosso sonho, a sociedade brasileira como um todo precisa viver a partir de agora uma nova ética.

O SR. ODACIR SOARES — É interessante discutir com V. Ex^a, nobre Senador Almir Gabriel, que tem uma característica: é honesto intelectualmente, além de sê-lo também no seu comportamento pessoal.

O Sr. Almir Gabriel — Certamente. Tenho todas as minhas declarações de renda colecionadas desde que ganhei o meu primeiro salário, e a minha vida bancária pode ser aberta a qualquer pessoa, a qualquer tempo.

O SR. ODACIR SOARES — É desnecessária essa explicação. Como V. Ex^a é honesto intelectualmente, às vezes, essa honestidade termina até atrapalhando o debate, porque, de repente, pode parecer que estamos aderindo mutuamente um ao outro. Concordo com o que disse V. Ex^a: Não temos discordância em relação a isso. Eu só penso que as forças dominantes, as elites dominantes, os interesses enraizados nos Estados, encontram fórmulas novas de se reproduzirem ou de se manterem na suas posições, na medida em que o Estado vai se modernizando.

Temos aí exemplos a cada dia de modernização dos setores. Cria-se uma nova situação para impedir que o monopólio continue na exploração daquele setor e, de repente, descobrem-se fórmulas novas de que aquele monopólio, aquele cartel, continue na dominação daquele setor. Procuramos, com a Constituinte, deixar aos bancos aquela sua missão essencial: emprestar dinheiro, ter o dinheiro depositado, fazer a

conta-corrente. Tirar as empresas de turismo, de seguros de bancos, etc. Tudo continua da mesma forma. A Constituição está aí, desobedecida. Outro dia, vi uma propaganda de empresa de turismo do Bamerindus, de empresa de turismo do Bradesco, e assim por diante. O que os bancos menos fazem no Brasil é emprestar dinheiro. Tudo o mais, eles fazem e não têm interesse de emprestar dinheiro porque, na medida em que a inflação sobe e a especulação financeira se enraíza, aprofunda-se, na realidade, os bancos terminam saindo da sua finalidade fundamental.

O Sr. Almir Gabriel — Há um dado, nobre Senador Odacir Soares, que é dramático: nesse levantamento das 500 empresas que estou estudando, o único setor que, no seu conjunto, teve lucro, no último ano, foi o bancário, que, ao longo desses últimos 20, 30 anos, tem acumulado um lucro...

O SR. ODACIR SOARES — Em todos os balanços trimestrais.

O Sr. Almir Gabriel — Exatamente. Então, é dramático verificar-se que, quando a economia tem descompassos em relação à agricultura, em relação à indústria, no setor bancário, qualquer que seja a situação, eles estão lucrando. Esta é uma avaliação impressionante: todos os bancos cresceram e tiveram lucro, no ano passado.

O SR. ODACIR SOARES — V. Ex^a tem razão. Inclusive os jornais de hoje também publicam que o lucro do próprio Banco do Brasil, que vem sendo acusado de fazer fisiologismo político, que é um Banco que tem uma atuação também social, na medida em que financia a produção, o *Jornal do Brasil*, de hoje, também publica: "O lucro do Banco do Brasil, até este momento, é invejável; o dos bancos particulares, muito mais; o Banco do Brasil, deva-se registrar ainda, no setor bancário, paga os melhores salários para os seus funcionários; os outros bancos pagam salários de fome, de miséria".

De modo que não tenho o que contestar do aparte de V. Ex^a, agradeço-lhe, e vamos lutar para que essas distorções da sociedade brasileira, infra ou super-estruturais, sejam removidas e que o Estado brasileiro passe, se Deus quiser, num prazo rápido, para aquele estágio que constitui o fim de qualquer estado social, que é o estado a que V. Ex^a se referiu, o de dar felicidade, transmitir felicidade para o seu povo.

Há uns três anos, estive na Espanha, onde o Primeiro-Ministro Felipe González — chefe do governo há pelo menos 10 ou 12 anos — é do Partido Socialista Operário Social. Tivemos uma discussão sobre o Mercado Comum Europeu, e em Madrid fizemos uma série de reuniões com vários ministros do governo espanhol — naquele momento o Primeiro-Ministro espanhol estava enfrentando crises e greves de toda espécie, porque estava — há cinco anos — realizando o processo de modernização do Estado espanhol, tentando criar as condições mínimas necessárias para acompanhar os passos dos outros países que, como ele, integram o Mercado Comum Europeu. Caso contrário, a Espanha perderia o bonde da História e não se integraria. Esse esforço estava sendo feito também por Portugal.

Perguntei ao Ministro da Fazenda, na ocasião: de que maneira o Primeiro-Ministro Felipe González — que é o Presidente do Partido Socialista Operário Espanhol — conciliava a ideologia do seu Partido com a privatização do Estado, com a modernização do Estado, com a venda de estatais como,

por exemplo, a empresa estatal de telecomunicações, o sistema bancário espanhol. Respondeu que não havia conciliação, que aquele era o nome do seu Partido, que os objetivos do seu Partido eram claros, mas que precisava modernizar o Estado espanhol, sob pena de perder o bonde da História; e o bonde da História, para a Espanha, passa pelo Mercado Comum Europeu.

O Sr. Almir Gabriel — Passa pela social-democracia, que é o nosso objetivo. Defendemos a social-democracia exatamente porque, com ela, podemos dar oportunidade, de um lado, àquelas pessoas que têm condições de arregimentar o trabalho, movimentar o trabalho para o aumento da produção, e, de outro, ao trabalhador no sentido de que tenha condição adequada de remuneração. Poucas pessoas têm percepção do seguinte fato: os países que deram liberdade para a greve foram os países que mais cresceram, foram os países que mais se modernizaram. Por quê? Porque, na medida em que a demanda da greve obriga a uma remuneração melhor e mais adequada, obriga também quem fabrica a buscar tecnologias que evitem desperdícios. Portanto, obriga à melhor organização das empresas. Quer dizer, a existência da greve, a existência dos trabalhadores arregimentados em sindicatos e em centrais, ao contrário do que muitas pessoas imaginam, ao invés de levar a um país que desemboque no socialismo, pode levar perfeitamente ao reforço do capitalismo, como aconteceu na Alemanha, como aconteceu nos Estados Unidos. Portanto, precisamos refrescar nossa cabeça. Estamos interessados num país novo, num país realmente moderno? Sim. Concordamos com o conceito de moderno? Sim. Essa é uma oportunidade extraordinária? Não tenho dúvidas, nobre Senador Odacir Soares. Não tenho nenhuma dúvida de que em poucos momentos o Brasil terá vivido uma oportunidade tão extraordinária, até porque o nosso maior problema, hoje, está sendo dirimido, está sendo questionado dentro do leito constitucional, dentro das instituições que hoje simbolizam a democracia. Eu diria que este é o momento para deixarmos de lado as paixões e, por isso mesmo, sermos honestos intelectualmente o bastante para defender, com toda inteireza, o que pretendemos: ter um país que veja a Amazônia utilizada de maneira correta, de maneira séria, um país que veja os caboclos da Amazônia, que vivem uma situação dramática, em melhores condições de sobrevivência, com bem-estar, com felicidade. O mesmo em relação ao sertão nordestino, ao Centro-Oeste e, por que não dizer, à periferia das grandes cidades. Não temos cuidado de um aspecto: o chamado monopólio da mídia acaba refletindo para a Nação tudo o que se passa no Rio de Janeiro, em São Paulo e nas grandes capitais. Quando andamos pelas cidades do interior de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, sentimos uma vida inteiramente diferente daquela transmitida pela televisão, pelo rádio e pelo jornal. Sendo assim, os conflitos e as violências existentes nessas cidades acabam passando para as outras cidades — é uma verdadeira tensão e quase neurose nacional. Na verdade, a situação de dificuldade é convvida pelo conjunto da população, mas não é sentida na pele pela população das cidades do interior. Eu diria que estamos reforçando, estamos vivendo um grande momento; podemos dar uma contribuição muito grande para esta Nação. Outro dia, estava eu refletindo sobre o seguinte: o Congresso Nacional tem momentos de muita mediocridade, muita mediocridade! Há momentos em que se discute o óbvio, discute-se coisas desne-

cessárias, passa-se um tempo enorme discutindo sobre temas que não têm qualquer sentido para o conjunto da Nação. Mas este mesmo Congresso Nacional tem também momentos extraordinários. Esta é a beleza desta Casa: ela reflete grandemente a sociedade brasileira, oscilando entre momentos muito ruins e momentos extraordinários! A Constituinte, a meu ver, foi um dos momentos extraordinários do País. Este momento agora pode ser extraordinário para a Nação; basta que nós, políticos, saibamos utilizar este momento histórico para encaminhar, em conjunto, o que seja melhor não para uma determinada pessoa, mas para o conjunto da sociedade brasileiras, especialmente para aqueles que nos elegeram, porque são, em sua maioria, os despossuídos, os descamisados, os pobres. Constituem a maioria, e, por isso mesmo, eles nos colocaram aqui.

O SR. ODACIR SOARES — Temos a mesma preocupação, que é a preocupação social.

Sou do Partido da Frente Liberal, estou no liberalismo social. V. Ex^a defende a democracia-social, mas o fundamento é o mesmo. Não discordo do que disse V. Ex^a. Eu apenas faria um pequeno conserto no que se refere à questão do direito de greve, por exemplo. Sou inteiramente favorável a esse direito. Entretanto, temos deformações no Brasil: o Presidente Collor tentou acabar com o imposto sindical e não conseguiu. Enquanto tivermos greves financiadas pelos Estados, greves que não estejam reguladas precisamente, não avançaremos. Nos países democráticos mais avançados, o direito de greve é exercido obedecendo-se a um processo, a um ritual, a regras que não são abandonadas em momento nenhum. No entanto, creio que o sindicalismo brasileiro vai avançar nesse sentido. Como eu disse antes, vivemos uma etapa do processo de modernização. V. Ex^a, às vezes, se insurge em relação à expressão "modernização", exatamente porque desejaria que já estivéssemos num estágio mais adiantado. Entendo que, lamentavelmente, é uma decorrência do nosso constitucionalismo. No Brasil, os Presidentes não se podem reeleger; em função disso, elaboram programas de governos restritos.

O Sr. Almir Gabriel — Defendo o parlamentarismo. O exemplo da Espanha, para nós, não haveria problemas. Não defendo o grevismo; defendo o direito de greve. Na medida em que o direito existe, na medida em que determinadas categorias se organizam melhor, elas acabam tendo uma participação na Renda Nacional bem maior do que aqueles grupos que não são capazes de se arregimentar e que não são capazes de constituir sindicatos fortes. De maneira que, tendo a condição do imposto sindical reforçando a atuação dos sindicatos, temos, no Brasil, uma situação que não é homogênea em relação ao conjunto dos trabalhadores.

O SR. ODACIR SOARES — Estamos atrasados em relação à experiência européia pelo menos 40 anos. Há aquela famosa Resolução da OIT, que até agora não conseguimos — está aqui há 7 ou 8 anos — aprovar no Senado. Essa Resolução permite, na mesma base física, a constituição de vários sindicatos da mesma categoria.

O Sr. Almir Gabriel — Eu diria que, do ponto de vista social, nosso atraso em relação à Europa é superior a 50 anos; talvez 70 ou 80 anos. Em relação à organização sindical estamos 30, 40 anos atrasados.

O SR. ODACIR SOARES — Isso coincide também com o nosso estado sociológico de desenvolvimento econômico.

O Sr. Almir Gabriel — Exatamente. Diferenças extraordinárias existem. A França é duas vezes e meia menor do que o Estado do Pará; lá é possível se fazer alguma coisa razoável. O Estado do Pará é maior do que a soma da Espanha, Portugal, França e Inglaterra juntos.

O SR. ODACIR SOARES — A área do Estado do Pará é 1/7 da área do Brasil, mais de um milhão de quilômetros quadrados.

O Sr. Almir Gabriel — Exato, tem uma extensão extraordinária. Quero dizer que as disparidades sociais brasileiras não nos permitem ter simplesmente a transposição da experiência européia para a experiência nacional. O engenho e a arte de encontrar a melhor solução e dimensão do Estado cabe a nós, políticos, sem dúvida nenhuma. Essa é a questão que quero colocar em aditamento ao pronunciamento de V. Ex^a quando pede a transcrição da entrevista do Sr. Ministro da Economia. Creio, apenas, ser necessário que se discutam esses pontos que ele releva, tentando definir princípios que me parecem fundamentais para a sociedade brasileira. Não quero a extinção do Estado; quero que o Estado se atenha a dimensão que a sociedade e a nossa heterogeneidade impõem. Na medida em que o Estado esteja extinto no Brasil, quem ganha é o Sul/Sudeste. Esmaga-se o Centro-Oeste, esmaga-se o Nordeste, esmaga-se a Amazônia.

O SR. ODACIR SOARES — O que queremos, na realidade, nobre Senador, é que o Estado brasileiro caminhe para um estado social. Acho que essa é a síntese do nosso pensamento.

Sr. Presidente, desejo encerrar aqui as minhas palavras, agradecendo os apartes do Senador Ney Maranhão, do Senador Almir Gabriel, e reiterar o pedido de transcrição nos Anais do Senado dessa entrevista publicada no jornal *O Globo*, do Ministro Marcílio Marques Moreira, e também do editorial do *Jornal do Brasil* da edição de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Jornal do Brasil — 25 de setembro de 1992.

RAZÕES SUPREMAS

Ao resolver a decisão da Câmara pelo voto aberto e aceitar os prazos definidos pelo seu Presidente, Ibsen Pinheiro, o Supremo Tribunal Federal tranquilizou o País. Não porque favoreceu as oposições e dificultou o Governo, mas porque conferiu o selo da constitucionalidade ao rito célebre e transparente desejado pela maioria esmagadora dos brasileiros.

Não se deve, contudo, pensar na decisão como um favor concedido, mas sim como um dever cumprido: o de esclarecer a Nação sobre a compatibilidade das decisões políticas com o que dispõe a Constituição da República. Foi o que o Supremo fez, honrando sua função de guardião da Carta e preservando o princípio da harmonia e independência dos Poderes.

A decisão pelo voto nominal e aberto foi edificante. Por oito votos a um ficou evidenciado que o voto secreto na Câmara é sempre excepcional e reservado às situações expressamente indicadas. A regra é que, ao agir como representante,

o parlamentar tem sempre a obrigação de prestar contas aos seus eleitores. Alguns ministros chegaram a expressar dúvidas sobre a constitucionalidade de dispositivos regimentais que contrariam este princípio.

É evidente que sobre uma votação de importância transcendente não poderiam pairar dúvidas quanto a uma eventual manipulação ou troca de favores. A cidadania tem o direito de saber se interesses pessoais se sobrepõem ao interesse público — e de recompensar ou punir com o voto o comportamento de seu representante.

Há uma notável diferença entre uma sessão no Supremo dedicada ao julgamento de um mandado de segurança do Presidente da República e uma sessão na Câmara, onde se decide a admissibilidade do seu processo de *impeachment*. No primeiro caso, ministros vitalícios exercem como sacerdote a preservação da ordem legal, cujo supremo teste é a fidelidade à Constituição. Deles a Constituição exige no exercício da função “notório saber e ilibada reputação”, quer dizer, sabedoria, honradez e serenidade.

Por isto houve o receio de que a presença das câmeras de televisão pudesse perturbar a tranquilidade e a intimidade do colendo tribunal. Muito diferente é o que se passará na Câmara dos Deputados. Lá é o foro onde se resolvem abertamente os conflitos de interesses e onde as pressões são legítimas e saudáveis.

Juízes precisam de discernimento e lucidez. Parlamentares, de convicção, lealdade e habilidade política. O Supremo Tribunal Federal já elucidou de maneira douta importantes questões jurídicas, que vão da aptidão dos autores do pedido do *impeachment* à extensão do direito de defesa na Câmara, passando pela modalidade da votação. Agora é a vez dos deputados resolverem a questão política, votando segundo seus partidos e de acordo com suas consciências. A cidadania espera se reconhecer na decisão de seus representantes.

CARONAS DO ATRASO

Como fiador do pacto de governabilidade e responsável por 16 meses de tranquilidade na economia, graças à recuperação da credibilidade do Governo como executor da política econômica, o Ministro Marcílio Marques Moreira alerta que a “mediocridade moralista” pode dar oportunidade aos “interesses corporativos e retrógrados que querem tirar carona” da crise política brasileira.

A um grupo de empresários brasileiros e americanos nos Estados Unidos, o ministro apontou o perigo latente das correntes que se opõem às reformas indispensáveis para a modernização do Brasil se abrigarem sob a ética e a moralidade e introduzirem na discussão política argumentos em favor dos elementos corporativos.

O Ministro Marcílio tem credencial para fazer a advertência contra os que estão agora na trincheira dos defensores do atraso. Graças à serenidade e o respeito à estabilidade das regras do jogo econômico, ele restaurou a confiança interna na moeda, passando para a comunidade financeira internacional a imagem de primeiro negociador honesto e leal na defesa do interesse nacional nas questões da dívida.

Seu respeito aos princípios éticos na administração da coisa pública — pelos quais o bem comum está acima dos interesses pessoais — acaba de ser reafirmado. Tanto no compromisso de levar o pacto da governabilidade até o fim, definindo o julgamento do *impeachment* como o limite da permanência no Governo, quanto no mais recente — a decisão de encaminhar junto ao Banco Mundial a indicação do nego-

ciador da dívida, Pedro Malan, para a vaga do diretor brasileiro na instituição multilateral, em lugar do ex-Ministro da Infra-Estrutura, João Santana.

Malan já representou o Brasil no Bird, cargo que trocou por uma diretoria no Banco Interamericano de Desenvolvimento quando assumiu o comando da negociação da dívida externa. Sua posição estratégica nas duas maiores instituições multilaterais de crédito pode ser muito útil na conclusão das negociações sobre a renegociação da dívida de US\$45 bilhões junto aos bancos privados, a qual deve se estender por mais dois meses, até a adesão da totalidade dos mais de 600 credores.

A conclusão das negociações na área externa é fundamental para consolidar a estabilização da economia e alargar os estreitos canais de ligação do Brasil com a economia internacional. Mas o Ministro Marcílio Moreira fez ainda outro importante alerta, com a autoridade de quem está cumprindo exemplarmente seu compromisso de responsabilidade para com a nação, ao advertir a sociedade que, se o Congresso não aprovar a reforma fiscal até o final do ano, o País estará trocando uma grave crise política por uma crise fiscal gravíssima.

A advertência é bastante procedente: o relativo controle monetário, fiscal e das principais variáveis do balanço de pagamentos tem sido um dos mais fortes fatores que estão permitindo ao Brasil enfrentar a maior crise institucional de sua história, na mais absoluta normalidade democrática. A austeridade no trato dos gastos públicos barrou o avanço do fisiologismo no jogo das pressões do poder político e evitou que o descontrole da inflação acirrasse o conflito redistributivo da renda nacional, com graves consequências desestabilizadoras. Mas o realismo também recomenda que o projeto de reforma fiscal elaborado no Ministério da Economia passe por uma reavaliação, capaz de torná-lo uma peça de aprovação viável e eficaz.

O Ministro convocou a sociedade a aproveitar a crise no sentido construtivo, para fazer uma grande "reflexão com uma dimensão ética, econômica, política e social", sugerindo o aprofundamento das reformas estruturais modernizantes do País. As reformas são urgentes e as discussões a respeito devem ser retomadas tão logo se defina o quadro institucional, para não abrir espaço para que se reagrupem os interesses que querem tomar carona ou guardar lugar cativo no trem do atraso.

Erros e abusos na condução dos negócios do Estado não devem desautorizar as idéias pertinentes de modernização do próprio Estado e da economia brasileira, que implicam desalojar os interesses empresariais cartoriais e corporativos funcionais que se cristalizaram em 40 anos em postos-chave da vida nacional, sob a proteção dos governos.

O Globo — 25 de setembro de 1992

ENTREVISTA/Marcílio Marques Moreira

MINISTRO ACHA QUE COLLOR PODE VENCER E RECONSTRUIR O GOVERNO

Silvia Faria

Washington — "O Presidente Collor está sendo vítima do próprio êxito", na opinião do Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em entrevista ao **O Globo**, durante

o voo de volta dos Estados Unidos, onde participou da reunião anual do FMI e do Banco Mundial.

Para Marcílio, que trouxe elogios do Presidente George Bush a Collor, o projeto de modernização nacional mexeu com privilégios enraizados e costumes arraigados que se rebelam agora contra o Governo.

Marcílio disse que há condições de o Presidente, vencendo a votação do **impeachment**, reorganizar suas bases políticas, acima dos partidos, em torno de um programa. O Ministro aceitaria integrar eventual nova equipe de Collor, "dependendo da nova composição de forças políticas", mas não ficaria com Itamar Franco.

O Globo — O que o senhor qualifica de crise ética do País?

Marcílio — É a crise de valores de uma sociedade que se adiantou bastante, se industrializou, se urbanizou, mas não teve tempo nem se dedicou à reconstrução de nova hierarquia de valores, de nova cultura ética.

O Globo — Isso se estende à estrutura jurídica?

Marcílio — Também. Acho que nosso sistema legal não é contemporâneo das nossas necessidades. O exemplo mais emblemático é o fato de nosso Código Comercial ser de 1850, quando o comércio é extremamente dinâmico. Nosso Código Civil é de 1916. Nossa Constituição é recentíssima e nossos mecanismos legais são antiquados, como são nossos grandes códigos éticos e morais.

O Globo — Por que o senhor disse temer uma solução medíocre para a crise?

Marcílio — Me refiro ao risco de a sociedade brasileira procurar apenas remendar, polir a superfície com um band-aid moralista. Devemos encarar que toda a vida nacional precisa ser repensada. Tivemos, por exemplo, entre 1947 e 1980, um crescimento muito vigoroso, que se traduziu em taxas anuais acima de 7%, mas tivemos um desempenho na área social inteiramente medíocre. Realmente um escândalo. Não investimos em educação, sobretudo educação básica. Não repensamos nossas estruturas, nossos costumes.

O Globo — Qual foi a causa dessa deterioração moral, social e econômica?

Marcílio — Acho que tem relação com a captura do Estado por grupos corporativistas.

O Globo — Onde estão os interesses corporativistas?

Marcílio — No Brasil, o nacionalismo e o estatismo, que são mais ideologias, passam a ser exercidos em defesa daquilo que Fernando Henrique Cardoso chamava burguesia do Estado. Os próprios funcionários das empresas estatais estão levantando isso como uma ideologia idealista, mas que muitas vezes é de fato a defesa do **status quo**. O bom governo se perde quando esses interesses especiais acabam capturando a própria condução dos negócios públicos.

O Globo — O Presidente Collor teria sido vítima dos interesses corporativistas?

Marcílio — Acho que sim. Ele de fato, não se pode negar, modificou a agenda nacional, a cabeça nacional. Colocou na agenda nacional temas como modernização, reformas estruturais. Mudanças e a mudança sempre mexe com interesses adquiridos, costumes arraigados, privilégios enraizados. De certa maneira, pode-se dizer que ele está sendo vítima de seu próprio êxito. De fato, ele foi um elemento modernizador.

O Globo — A modernização é reconhecida no exterior?

Marcílio — Fora do País, eles reconhecem que o Presidente Collor tem um programa estrutural de modernização, de inserção de forma dinâmica, soberana e competitiva na economia mundial.

O Globo — O senhor acha que, permanecendo no Governo, o Presidente teria condições de dar continuidade a essas reformas?

Marcílio — Acho que com uma decisão favorável, ele tem que reconstruir uma base política, uma base parlamentar, para poder levar adiante esse grande projeto da modernização. E o item prioritário é a reforma fiscal, porque sem isso os outros projetos seriam prejudicados. Nessa hipótese, tem que haver desarmamento de espírito, sem o acirramento de ódios, acusações, recriminações. Tem que haver investigações e julgamentos rigorosos, mas não essa onda de acusações levianas e de perseguições políticas.

O Globo — Mas haveria condições de recomposição da base política?

Marcílio — Tem que haver uma composição, que não precisa ser partidária, mas programática.

O Globo — A economia agüenta esperar por solução mais demorada?

Marcílio — Acho que esse processo levará tempo. A economia depende muito das perspectivas que são dadas a ela.

O Globo — Se o Presidente Collor ficar, poderá contar com o senhor?

Marcílio — Depende da recomposição de forças. Neste momento, ele tem que ter total liberdade para repensar o seu Ministério. É preciso grande reflexão, porque o projeto de reconstrução é abrangente: a representação de interesses legítimos que não privilegie o impasse, como os atuais entre Legislativo e Executivo, Executivo e Judiciário.

O Globo — O senhor ficaria num eventual governo Itamar Franco?

Marcílio — Não considero ética a permanência dos Ministros do Governo Collor no próximo Governo.

O Globo — O senhor pediria demissão depois da votação do impeachment?

Marcílio — Todos colocaremos o cargo à disposição do Presidente, se ele for derrotado na votação. Isso não significa abandonar os cargos vazios.

O Globo — A que atribui a receptividade que obteve das autoridades estrangeiras, quando o País atravessa a maior crise política de sua história moderna?

Marcílio — Deve-se ao fato de que vim — em nenhum momento pensei em não vir — representando um País que apesar das dificuldades políticas está mostrando que tem instituições democráticas funcionando até mesmo para gerir conflito dessa natureza.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Almir Gabriel — Antonio Mariz — Cid Sabóia de Carvalho — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Almeida — Hydekell Freitas — João Calmon — João Rocha — Josaphat Marinho — José Sarney — Levy Dias — Magno Bacelar — Maurício Corrêa — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Odacir Soares — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel, para uma breve comunicação.

O SR. ALMIR GABRIEL (PSDB — PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, lastimo dizer que em três oportunidades usei o microfone desta Casa para fazer comunicações que doem profundamente. Todas as três se referiam a assassinatos: ao assassinato do Deputado Paulo Fontelles, assassinato do Deputado João Batista e assassinato do lavrador e grande Líder do sul do Pará, Expedito da Silva.

Neste momento, eu não venho falar de um assassinato, mas de uma ameaça de morte: O Deputado Estadual Aldir Viana, do PSDB do Pará, é candidato a Prefeito de Itaituba. É um rapaz bravo, teve a sua vida pública iniciada como Promotor, é de uma extraordinária competência, de um amor muito grande pela sua terra, a cidade de Itaituba. Candidatou-se a prefeito e na luta, agora, como candidato a prefeito, S. Ex^a foi ameaçado de morte, no aeroporto da cidade de Itaituba, pelo Sr. Virlane Freire.

A história da vida do Sr. Virlane Freire é uma história extremamente complicada: um homem que iniciou o comércio de derivados de petróleo; que enriqueceu rapidamente pela venda de combustíveis, especialmente para a área dos garimpos; que deteve um poder econômico extraordinário em toda a área do rio Tapajós, sobretudo aquelas que são grandemente dependentes de garimpos.

Pois bem, o Sr. Virlane Freire tem tido uma influência política muito grande na área, e é de todos conhecida a ação desse moço, que é sistematicamente de ameaça, de terror; de impedir que a sociedade da Cidade de Itaituba e outras que lhe são próximas possam conviver com a democracia, possam conviver com a liberdade.

Esse moço agora é candidato também a Prefeito de Itaituba. E ao se encontrar no aeroporto de Itaituba com o Deputado Aldir Viana, ele ameaçou puxar o revólver e foi contido pelo próprio filho, que é Deputado Estadual, Vilmar Freire, que impediu que viesse a sacar e atirar contra o Deputado Aldir Viana, candidato que lhe é opositor nessa área de Itaituba.

Quero fazer este registro como uma denúncia, na certeza de que o Governador do Estado, Jádér Barbalho, não permitirá que a violência assuma contornos maiores dentro do meu Estado, num momento tão crítico como esse de escolha de prefeitos municipais e de vereadores.

Tenho a certeza absoluta de que essa ameaça não vai diminuir de maneira alguma a bravura; não vai diminuir de maneira alguma a coragem; não vai diminuir de maneira alguma o patriotismo de Aldir Viana, que é um moço que, apesar da pouca idade, tem marcado a sua vida política e a sua vida pública pela seriedade, pela competência, pela honestidade.

Apenas queria fazer este registro a esta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Josué de Castro, na década de sessenta, cunhou uma frase que fez época. Disse aquele eminente brasileiro: 'Metade da humanidade não come e a outra metade não dorme com medo da que não come'.

De então para cá, a realidade não melhorou; pelo contrário, há indícios de que se tenha deteriorado.

É o velho e trágico problema da fome que sempre acompanhou a humanidade e que coloca em jogo a própria sobrevivência da espécie humana que, para assegurar sua vida, obriga-se a lutar contra as doenças, contra as intempéries e contra inimigos de toda ordem. Antes, porém, de tudo isso, é preciso comer. Sob o azorrague da fome, para lutar contra a fome, a humanidade muito pensou, muito pesquisou, muitas conquistas celebrou. Mas os resultados ainda são precários e, para uma parte da população do mundo, incertos e sofríveis.

Há alguns anos, julgava-se, repetindo uma crença milenar, que as desgraças naturais são inevitáveis e que a própria organização da sociedade cria desigualdades, também inevitáveis. Tal visão, no entanto, hoje, não se sustenta. Sustentava-se ontem, quando a verdade para o homem era mistério. Hoje, essa realidade não mais é mistério. A fome e suas consequências continuam problema, mas não são mais mistério. Sabemos hoje quais são as necessidades de alimentos, sabemos o que é alimentação, conhecemos as propriedades e os efeitos dos alimentos, produzimos supersafras, abarrotamos armazéns, mas não resolvemos o problema da fome.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, em todo o mundo, um bilhão de seres humanos não tem comida. E, o que é mais patético, segundo a mesma instituição, a fome existe não por escassez dos recursos, mas por causa da estupidéz das decisões, pois sobram alimentos nos silos climatizados da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do Canadá.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, a verdade em relação ao Brasil é ainda mais cruel. País vocacionado para produzir supersafras, amarga um triste fato: a fome atinge milhões de pessoas no interior do País e na periferia das grandes cidades.

Em 1985, a FAO estimava em 11 milhões o número de famílias brasileiras, isto é, 53 milhões de pessoas, que sobreviviam com uma renda anual variando entre 150 e 300 dólares, o que, pelos critérios da própria FAO, caracteriza situação de miséria. O que é dessas famílias, hoje, oito anos depois? Embora as estatísticas nacionais estejam desatualizadas, estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revelam que 360 mil crianças brasileiras morrem antes de completar um ano de vida. São mil crianças que morrem a cada 24 horas, vítimas diretas e indiretas da subnutrição. Em São Paulo, pesquisas do governo estadual indicam que 48% das crianças com até dois anos de idade são anêmicas.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o problema da fome no Brasil — a CPI da Fome — concluiu que mais de 60 milhões de brasileiros são pobres e não têm renda suficiente para satisfazer as necessidades básicas. Outros 27 milhões são indigentes. A desnutrição afeta 5 milhões de crianças, anualmente, na faixa de zero a sete anos, 800 mil com desnutrição grave. O índice de desnutrição é três vezes superior aos padrões admitidos pela Organização Mundial da Saúde.

A mesma Comissão assegurou que mais de 20% dos brasileiros, na faixa etária de vinte a vinte e cinco anos, são considerados nanicos, apresentando, em média, 12 centímetros a menos do que o padrão estabelecido pela Organização Mundial da Saúde. No Nordeste, o índice chega a 40%.

Diante desse quadro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é de estarrecer quando se lê nos jornais a informação de que os brasileiros já não mais compram arroz, feijão, açúcar,

macarrão e óleo. 'A recessão chegou a tal ponto que até mesmo os alimentos básicos começam a ficar fora da lista de prioridades do consumidor'.

Tal fato é confirmado pelos balanços dos supermercados. A rede de supermercados Tuiha, de São Paulo, registrou, no primeiro semestre do ano em curso, uma queda de até 20% nas vendas de óleo, arroz e feijão, em comparação com o mesmo período de 1991.

Nas mercearias e nos pequenos supermercados, a retração chegou a 25% nos primeiros seis meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 1989, de acordo com informações do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo.

O povo brasileiro vive em tal estado de carência alimentar, Senhor Presidente, que o próprio Ministro da Agricultura, em recente entrevista a jornal desta Capital, atribuiu à fome dos brasileiros a capacidade de limitar o volume das supersafras pelo consumo. 'Eu diria, afirma o Ministro, segundo o jornal - que qualquer melhoria hoje na economia, o nosso consumo explode. Há um estudo mostrando que a cada melhoria na base da unidade de salário, você tem uma melhoria em cinco unidades do consumo de proteínas. Isso mostra a grande carência nutricional da nossa população', finaliza o Ministro.

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, documentos oficiais obtidos pela Folha de São Paulo mostram que, do início de 1991 até outubro do mesmo ano, foram perdidas 279,9 mil toneladas de grãos comprados pelo Governo Federal e armazenados em silos privados e estaduais. Essas perdas correspondem a Cr\$ 20,1 bilhões de cruzeiros.

Na verdade, diante de tantas mazelas, a subnutrição dos brasileiros só não atingiu níveis paroxísticos durante os últimos anos porque, apesar da recessão econômica, de 1980 a 1989, a agricultura aumentou em 3,56% a produção de 17 culturas, entre elas feijão, arroz, milho, batata, soja, algodão, laranja, tomate e café.

Pelo que se observa, portanto, não é uma questão de baixa potencialidade agrícola, mas de ausência de uma política adequada de médio e de longo prazo. É uma questão de Estado demais quando se trata de onerar os produtos com impostos, e de Estado desnutrido e atabalhoado quando a questão é o planejamento e o apoio à agricultura.

Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Senadores, podemos afirmar que a realidade não mudou. Talvez se tenha deteriorado nas periferias das grandes cidades e no interior de natureza esgotada. Metade da população brasileira continua sem ser, sem ter e sem comer, enquanto a outra metade continua com medo e armando-se para proteger o ter em excesso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a grave crise política que enfrentamos neste momento, com a tramitação do pedido de 'impeachment' do Presidente Fernando Collor, certamente está galvanizando as atenções e dificultando o encaminhamento de soluções para uma quantidade incontável de problemas nacionais.

Deve-se acreditar, contudo, na capacidade de trabalho do Congresso Nacional, e é esta certeza que me faz ocupar a tribuna, hoje, para abordar uma questão que, sem dúvida alguma, não pode ser relegada a segundo plano.

Trata-se do problema que vive uma empresa brasileira centenária, sob risco iminente de sucumbir em razão de uma sucessão de más administrações, da corrupção e do descaso da União, sua proprietária. Refiro-me à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, até poucos anos a maior companhia de navegação de carga geral da América Latina.

Os prejuízos decorrentes da falência do Lloyd serão incalculáveis: teremos desemprego; perderemos um investimento de 102 anos; renunciaremos a um importantíssimo instrumento de comércio exterior, e estaremos comprometendo a credibilidade nacional no estrangeiro; isso, sem contar o prejuízo financeiro da União para liquidar a Empresa. Segundo o último balanço publicado pela Companhia, esse valor atinja 150 milhões de dólares.

Diante de tal quadro, parece que a extinção da Empresa ou a sua falência pura e simples não são alternativas desejáveis. Por outro lado, a própria longevidade do Lloyd confirma a sua viabilidade econômica. Os serviços prestados pela Empresa, uma das três únicas do mundo com tamanha abrangência internacional, têm sido de valor inestimável para o Brasil, não apenas quanto à sua finalidade precípua, mas, também, como já foi dito, na condição de instrumento indispensável de política de comércio exterior. Além disso, vale destacar que até perto de 1985 o Lloyd era superavitário, embora estivesse precisando de aporte de capital. Em 1989, esse aporte era estimado em 150 milhões de dólares.

De imediato aflora aqui uma questão: o que vale mais a pena, um prejuízo financeiro de 150 milhões de dólares para liquidar a Companhia, ou a injeção desse valor para mantê-la em funcionamento, sob administração séria, moderna e competente?

Segundo as informações fornecidas pelo Comandante Carlos Borba, que de 1970 a 1985 ocupou as funções de Diretor de Planejamento e Controle do Lloyd, Assessor da Presidência, Delegado para o Extremo Oriente e Oceania e Diretor Comercial da Companhia, só se pode inferir que a extinção da Empresa deve ficar fora de questão.

Restam, então, Senhores Senadores, duas alternativas, as quais devem ser examinadas com urgência e cuidado para que, simplesmente, não se jogue na lata do lixo uma Companhia com tamanha tradição: privatização ou manutenção do Lloyd sob propriedade do Estado.

No caso de se decidir pela venda da Companhia à empresa privada, o estudo realizado pelo Comandante Borba aponta como perigo a ser evitado a fragmentação do Lloyd no ato da sua venda. A condição de abrangência internacional, convenientemente explorada pela Nedlloyd holandesa — que oferece aos seus usuários a possibilidade de transportar cargas entre quaisquer portos do mundo, mediante o transbordo feito em portos estratégicos —, é uma das vantagens comparativas do Lloyd Brasileiro, que não deve ser desperdiçada para se entregar aos interessados apenas as linhas de alta lucratividade.

A essa condição privilegiada da Empresa, decorrente da concessão para percorrer os caminhos dos sete mares, alia-se a sua presença comercial em mais de 250 cidades em todos os continentes, através de agentes de prestígio em suas áreas de atuação. Assim, é fundamental a preservação de sua unidade, na visão do Comandante. A correta exploração dessas vantagens não pode e não deve ser desprezada.

A outra alternativa que se apresenta é a recuperação do Lloyd como sociedade de economia mista. Nesse caso, há que se considerar o fato de ser o transporte marítimo

um fator estratégico para o desenvolvimento do comércio exterior e, portanto, do País. Os Estados Unidos subsidiam diretamente os armadores privados para tornar suas companhias rentáveis e competitivas no mercado de fretes. O Japão incentiva o financiamento de navios construídos no país, e os mecanismos de suas 'trading companies' emprestam ao transporte marítimo o papel de componente da política de comércio exterior, considerando-se secundário o resultado financeiro alcançado pela companhia de navegação. Além disso, no Equador, México, Argentina, Venezuela, França, Itália, Irlanda, Israel, Índia, Indonésia, Turquia e Arábia Saudita, o Estado é acionista majoritário das respectivas frotas.

Ainda dentro dessa alternativa, e partindo-se da norma consagrada internacionalmente de aceitação de cargo para transbordo em portos intermediários, o estudo feito pelo Comandante Carlos Borba apresenta outra idéia: flexibilizar a estrutura administrativa do Lloyd, de modo que esta opere na plenitude de seu potencial. Assim, seria racional a criação de três ou quatro estruturas com autonomia operacional, com diretorias, orçamentos e balanços próprios, subordinadas a uma 'holding' de empresas, que operariam os tráfegos americano, europeu, o do Extremo Oriente e Oceania e o da África e América do Sul.

Com isso, na opinião do Comandante Borba, seria possível reduzir a participação estatal no capital do Lloyd para 51%, interessando pessoas físicas e jurídicas na compra de ações da Empresa, tanto da 'holding' quanto de suas subordinadas. Essa abertura de capital poderia interessar a agentes marítimos, a empregados da Companhia, demais pessoas físicas e jurídicas e até mesmo a armadores, que poderiam ter participação na Diretoria de Tráfegos.

Estas são algumas idéias, algumas contribuições para o debate sobre a situação do Lloyd, que trazem a preocupação de não ver a dilapidação do patrimônio nacional avançar para além do que já ocorreu. Uma companhia com a tradição do Lloyd Brasileiro não pode, por todas as razões já enumeradas, ser entregue a ratos e baratas.

Privatizando-o ou não, o Governo não pode deixar de compreender a relevância do papel histórico e do futuro do Lloyd Brasileiro. A inviabilidade da Companhia de Navegação Nacional certamente só pode ter decorrido, por tudo o que foi visto, de falta de políticas governamentais adequadas, incompetência administrativa e corrupção, o que significa que, sob administração correta, pode vir a ser um sucesso empresarial.

A privatização da empresa não deve ser feita de forma açodada, apenas com base em princípios ideológicos ou porque a dita modernidade assim o exige. Qualquer solução que venha a ser tomada deve respeitar o contribuinte brasileiro e, principalmente, consultar os mais elevados interesses nacionais de desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a gestão do IBGE encontra-se muito prejudicada pela situação salarial ora vigente na Instituição.

A partir da implantação do Regime Jurídico Único, em dezembro de 1990, o IBGE começou a sofrer um processo de achatamento salarial, até chegar aos baixíssimos níveis de

remuneração hoje ali existentes. Como exemplo, um profissional que possui doutoramento obtido no exterior percebe hoje uma remuneração em torno de apenas Cr\$ 3.900.000,00.

Os baixos níveis salariais tem se refletido na evasão dos profissionais qualificados, através de aposentadorias visando a obtenção de novos empregos, suspensões de contrato para tratar de interesses particulares, que na realidade é a utilização desse direito previsto no R.J.U. para tentar a sorte em novos empregos; demissão de profissionais que vão para a iniciativa privada, como também a redistribuição para outras instituições do serviço público que oferecem melhores salários.

Essa situação tornou-se mais crítica ainda com o tratamento diferenciado dado ao IBGE, na Lei Delegada nº 13/92.

Instituições que, até o R.J.U., tinham salários equiparados ao IBGE, tais como IPEA, CNPq, FIOCRUZ, CVM, entre outras, foram beneficiadas com níveis de gratificação bem mais elevados que os daquele Instituto.

Na referida Lei Delegada, a Gratificação de Atividade do Executivo — (GAE) definida para o IBGE é de apenas 30% enquanto que para o IPEA, o CNPq, a FIOCRUZ e a CVM, a gratificação atinge, corretamente, a 80% do salário básico. Com os acréscimos previstos na Lei Delegada, esta Gratificação passará a ser de 160% para os servidores destas instituições. Mas no caso do IBGE a GAE terá como limite máximo o valor de 80%.

Tal fato teve um impacto imediato sobre o quadro de pessoal daquele Instituto, aumentando o grau de insatisfação e desilusão já existentes.

Urge que sejam tomadas providências imediatas, visando principalmente estancar a evasão dos profissionais qualificados que ainda permanecem no IBGE. E para isto a ação deve ser a correção do nível de gratificação atribuído aos servidores do Órgão.

Caso isto não aconteça, o que se pode esperar é que os servidores, além de procurarem outras oportunidades profissionais alhures, deixem de atender a suas tarefas com a nível de desempenho necessário, o que terá sérios reflexos sobre o Sistema Estatístico Nacional, que é coordenado pelo IBGE.

Faz-se, assim, necessária a rápida tramitação no Congresso do projeto de lei que cria um plano de carreiras para as instituições da área de Ciência e Tecnologia. O IBGE se insere nesta lei, por suas próprias características.

Somente desta forma poderemos proteger o patrimônio do IBGE, em termos de recursos humanos altamente especializados, de uma completa deterioração.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Não há mais oradores inscritos.

De acordo com comunicação feita na sessão anterior, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia da sessão de segunda-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (João França) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 14 minutos.)